

The background of the cover is a dark teal color with a subtle, grainy texture. On the left and right sides, there are vertical strips of a light-colored map showing a city grid with streets and some green spaces. The map is oriented vertically, matching the text layout.

Sarah Santana Iriarte

TRANSFORMAÇÕES NO SERTÃO DA RESSACA

Inventário Morfológico da
Antiga Rua Grande de
Vitória da Conquista - BA



Laranjeiras/SE
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

SARAH SANTANA IRIARTE

**Transformações no Sertão da Ressaca: Inventário Morfológico da Antiga Rua
Grande de Vitória da Conquista-BA.**

Laranjeiras/SE
2025

SARAH SANTANA IRIARTE

Transformações no Sertão da Ressaca: Inventário Morfológico da Antiga Rua Grande de Vitória da Conquista-BA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientador(a): Prof. Me. Rosany Albuquerque Matos

Laranjeiras/SE

2025

SARAH SANTANA IRIARTE

Transformações no Sertão da Ressaca: Inventário Morfológico da Antiga Rua Grande de Vitória da Conquista-BA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em: ____ de ____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Rosany Albuquerque Matos

Orientadora

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Me. Samira Fagundes de Souza

Examinadora Interna

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Me. Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira

Examinadora Externa

Arquiteta e Urbanista

AGRADECIMENTOS

As inquietações levantadas por este tema não seriam realizadas individualmente, a finalização desta etapa é fruto do apoio e colaboração de muitas pessoas que cruzaram comigo nesta jornada. Sou grata pelas vivências e aprendizados dos últimos anos no CampusLar, aos docentes que despertaram em mim um olhar crítico e sensível sobre o espaço da cidade. Em especial agradeço a professora Rosany Matos, pela orientação paciente durante esse período, e a professora Samira Fagundes, pelas observações pertinentes que muito enriqueceram este trabalho. Também agradeço aos conhecimentos compartilhados pelos professores Pedro Murilo e Heloísa Diniz nas disciplinas de teoria, estética e história da arquitetura e da arte, essenciais para que eu desenvolvesse a afinidade pela área do patrimônio.

À Vitória da Conquista, cidade sob a qual cresci e por onde carrego parte de minhas memórias afetivas, como as aulas de violão lecionadas na Casa Memorial Régis Pacheco, fator que me introduziu ao interesse pela magia das construções antigas. Agradeço também aos funcionários Lia e Jailson do arquivo público municipal pela receptividade e esforço ao atender meus pedidos.

À minha mãe, dona Célia, e ao meu pai, Juan, sou eternamente grata pelo apoio incondicional, por me possibilitarem oportunidades para trilhar meu próprio caminho. Aos meus irmãos, Yuri e Anne, e ao meu cunhado Nélio, agradeço pelo suporte sempre que necessário. Aos meus amigos de Conquista, Ari, Luiz, Camila, Sara, Rebeca, Kamilla e Anderson, por estarem sempre presentes, não importa a distância. Aos meus amigos de graduação, Mari, Cecy, Gustavo, João e Breno, por dividirem comigo as noites sem dormir, as risadas na fila do busufs e todo o carinho de uma amizade sincera e leal. Por último e não menos importante, agradeço à Bruna Ferreira, por partilhar comigo todo afeto, ternura e consideração, por acreditar em mim em todos os momentos, o seu apoio e incentivo foram fundamentais durante todo esse processo.

Além dos citados, deixo meus agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

*Fisicamente, habitamos um espaço, mas,
sentimentalmente, somos habitados por uma
memória.*

(José Saramago)

RESUMO

A Revolução Industrial e as novas tecnologias construtivas impulsionam o crescimento acelerado e desordenado das cidades, nesse contexto, nascem as teorias urbanísticas sob a necessidade de ordenar e intervir no meio urbano. No século XX, o urbanismo aliado ao ideário de modernização resulta no apagamento de centros históricos em prol de atender às novas necessidades funcionais e práticas da cidade. No Brasil, embora os intelectuais modernistas sejam responsáveis pela criação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão preservacionista do acervo nacional, ainda contribuíram para que, em nome do progresso, centros históricos fossem abandonados. Após 87 anos de atuação, o órgão preservacionista nacional ainda enfrenta desafios na administração do acervo cultural significativo para a população, deste modo, as cidades contemporâneas sofrem com as perdas e descaracterizações de seu patrimônio remanescente. Neste contexto, Vitória da Conquista é um município localizado no centro sul da Bahia, a 515km de distância da capital baiana, que já possui 183 de existência e assim como muitas cidades do país, assiste ao quadro de demolições do seu acervo histórico, para dar uso a novos estacionamentos ou tipologias modernas. Assim, urge a necessidade de documentar as edificações significativas que marcam a memória e a identidade da população local. A partir disso, o trabalho a seguir tem como objetivo principal analisar as transformações na paisagem urbana da antiga Rua Grande, núcleo formador da cidade de Vitória da Conquista, por meio de uma análise morfológica. Já os objetivos específicos condizem com analisar o impacto da modernização na configuração espacial da cidade e registrar a produção arquitetônica, identificando as permanências e supressões ao longo do tempo. Os passos metodológicos adotados nesta pesquisa, condizem com o levantamento bibliográfico de temas referentes ao patrimônio urbano, a relação entre a memória e o espaço edificado e a história de Vitória da conquista; análise de dados cartográficos e fotográficos por meio da abordagem da morfologia urbana; e por fim como resultado desta análise serão apresentados fichas de inventário documentais da morfologia urbana da antiga Rua Grande e das tipologias arquitetônicas significativas para a construção da memória e identidade conquistense.

Palavras chave: patrimônio urbano, memória, morfologia urbana, inventário, paisagem urbana.

ABSTRACT

The Industrial Revolution and new construction technologies have driven the rapid and unregulated growth of cities. In this context, urban planning theories emerged out of the necessity to organize and intervene in the urban environment. In the 20th century, urbanism, aligned with modernization ideals, led to the erasure of historic centers to accommodate the new functional and practical needs of cities. In Brazil, although modernist intellectuals played a key role in creating IPHAN (the National Institute of Historic and Artistic Heritage), a preservationist institution, they also contributed to the abandonment of historic centers in the name of progress. After 87 years of operation, the national preservation institution still faces challenges in managing the country's cultural heritage, leading contemporary cities to suffer from the loss and degradation of their remaining historical assets. In this context, Vitória da Conquista, a municipality in the south-central region of Bahia, located 515 km from the state capital, has existed for 183 years and, like many cities in the country, witnesses the demolition of its historic heritage to make way for new parking lots or modern building typologies. Thus, it is crucial to document the significant buildings that shape the memory and identity of the local population. Based on this, the present study aims to analyze the transformations in the urban landscape of the former Rua Grande, the historical core of Vitória da Conquista, through a morphological analysis. The specific objectives include examining the impact of modernization on the city's spatial configuration and documenting its architectural production, identifying both the elements that have remained and those that have been lost over time. The methodological steps adopted in this research include a bibliographic review of topics related to urban heritage, the relationship between memory and the built environment, and the history of Vitória da Conquista; analysis of cartographic and photographic data through the approach of urban morphology; and finally, as a result of this analysis, documentary inventory records of the urban morphology of the former Rua Grande and the architectural typologies significant for the construction of Conquista's memory and identity will be presented.

Keywords: urban heritage, memory, urban morphology, inventory, urban landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira Igreja Matriz da cidade, registro da década de 1920.....	37
Figura 2 - Rua Grande em dia de feira, década de 1910.....	39
Figura 3 - Mapa esquemático da abrangência da antiga Rua Grande, formadora do núcleo urbano de Vitória da Conquista-BA.....	39
Figura 4 - Cartografia da Cidade de Conquista, de 1939.....	47
Figura 5 - Registros Fotográficos da Praça da República.....	48
Figura 6 - Registro degradado do Projeto Paisagístico da Praça Jardim das Borboletas.....	48
Figura 7 - Parque Jardim das Borboletas, à esquerda vista da fonte luminosa.....	49
Figura 8 - Operários em 1980, na demolição do Jardim das Borboletas.....	49
Figura 9 - Vista Panorâmica da Praça Tancredo Neves.....	50
Figura 10 - À esquerda vista da Rua Grande em 1930 pela torre da Igreja Matriz, e à direita vista da Praça Tancredo Neves em 2023.....	51
Figura 11 - Praça Barão do Rio Branco, à esquerda em 1950 e à direita em 1970.....	52
Figura 12 - Evolução da antiga Rua Grande vista pela Praça Barão do Rio Branco, respectivamente 1930, 1970 e 2023.....	53
Figuras 13 - Praça Caixeiros Viajantes e a primeira Igreja Batista da cidade.....	53
Figura 14 - Mapa esquemático do sistema viário de Vitória da Conquista.....	54
Figura 15 - Vista da Alameda Dom Celso José Pinto da Silva.....	55
Figura 16 - Evolução da antiga Rua Grande, à esquerda esquema feito a partir da cartografia de 1939 e à direita esquema feito a partir do Google Maps 2025.....	56
Figura 17 - Museu Regional Casa de Dona Henriqueta Prates de Vitória da Conquista-BA... ..	59
Figura 18 - Casa de Dona Zaza, tombada pelo IPAC em 2005.....	62
Figura 19 - Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, antigo Quartel.....	62
Figura 20 - Sobrado Maneca Santos.....	63
Figura 21 - Sobrado na Rua Zeferino Correia, nº 101.....	64
Figura 23 - À esquerda , residência localizada na Alameda Dom Celso José Pinto da Silva - nº 220 e à direita a residência na Pç. Tancredo Neves - nº 135.....	65
Figura 24 - À esquerda, a Casa Memorial Régis Pacheco e à direita, antiga Biblioteca José de Sá Nunes.....	67
Figura 25 - Praça Tancredo Neves, à esquerda a residência - nº 85; e à direita residência -	

nº 75.....	67
Figura 26 - Alameda Dom Celso José Pinto da Silva, à esquerda residência nº 229; e à direita residência nº 209.....	68
Figura 27 - À esquerda antigo Cine Ritz, e à direita a atual escritório de advocacia Martins & Rocha.....	69
Figura 28 - Construção da Catedral Metropolitana de Nossa Senhora das Vitórias, década de 30 a 40.....	70
Figura 29 - À esquerda antigo Sobrado Paulino Fernandes, e à direita a atual sede do Banco do Brasil em estilo moderno.....	71
Figura 30 - À esquerda antigo Cine Riviera, e à direita a atual sede da loja Americanas.....	72
Figura 31 - Edifício Lindoya, demolido em 1987.....	72
Figura 32 - Planta baixa do térreo e do pavimento superior do edifício Lindoya.....	73
Figuras 33 - Demolição de imóvel histórico na Rua Zeferino Correia, em frente a Praça Tancredo Neves.....	74
Figura 34 - Imóvel na Praça Tancredo Neves, nº 206, completamente descaracterizado...	74
Figura 35 - Mapa de uso e ocupação do entorno imediato da antiga Rua Grande.....	77
Figura 36 - Anexo XXI do Projeto de Lei Complementar nº 24, 11 de outubro de 2023.....	82
Figura 37 - Mosaico de identificação dos imóveis de interesse histórico e cultural.....	83
Figura 38 - À esquerda, mapeamento dos 18 imóveis selecionados, à direita, mapeamento de 10 imóveis inventariados.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de imóveis de interesse histórico e cultural.....	82
Quadro 2 - Ficha de inventário morfológico da antiga Rua Grande.....	86
Quadro 3 - Ficha documental da Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias.....	91
Quadro 4 - Ficha documental do Sobrado Maneca Santos.....	93
Quadro 5 - Ficha documental da Casa Memorial Régis Pacheco.....	96
Quadro 6 - Ficha documental do Antigo Cine Ritz / Grêmio Castro Alves.....	98
Quadro 7 - Ficha documental da Antiga Biblioteca José de Sá Nunes.....	100
Quadro 8 - Ficha documental da Casa de Dona Olívia Flores.....	102
Quadro 9 - Ficha documental da Casa da Família Gusmão.....	104
Quadro 10 - Ficha documental da Casa de Dona Zaza.....	106
Quadro 11 - Ficha documental do Museu Regional Casa de Dona Henriqueta Prates.....	108
Quadro 12 - Ficha documental da Prefeitura Municipal.....	110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PMVC - Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANO.....	20
2.1. Espaço, memória e identidade.....	20
2.2. O patrimônio urbano.....	24
2.3. O quadro do patrimônio no Brasil.....	29
3. HISTÓRIA E MEMÓRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA.....	35
3.1. Breve história do Sertão da Ressaca.....	35
3.2. As transformações urbanas em Vitória Da Conquista - BA.....	38
4. ANÁLISE MORFOLÓGICA DA ANTIGA RUA GRANDE.....	44
4.1. Evolução do traçado urbano.....	44
4.2. Tipologias arquitetônicas.....	57
4.3. Dinâmicas de uso e ocupação.....	76
5. O PATRIMÔNIO CONQUISTENSE.....	81
5.1. Mapeamento e identificação dos bens imóveis históricos.....	81
5.2. Fichas de inventário morfológico urbano e arquitetônico.....	85
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	115



1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII e consolidada no início do século XIX, impulsionou a transição das áreas rurais para os centros urbanos nas cidades europeias. Esse processo foi o principal responsável pelas transformações nas estruturas urbanas, sociais e culturais, como resposta ao rápido crescimento populacional e às novas demandas da sociedade industrializada. Simão (2006) observa que a urbanização acelerada, as novas formas de trabalho e o surgimento de tecnologias e materiais construtivos alteraram significativamente a relação do homem com o seu habitat. Nesse contexto, frente aos novos desafios da cidade, surgiram as primeiras intervenções e teorias urbanísticas, que passaram a enfatizar a necessidade do planejamento e organização dos espaços urbanos.

Já no início do século XX, o conceito da "cidade funcional" tornou-se dominante, especialmente com a difusão das ideias de Le Corbusier e dos arquitetos modernistas, consolidadas na Carta de Atenas (resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetos Modernos - CIAM, em 1933). Esse pensamento, que influenciou o urbanismo global, priorizava a eficiência, a racionalidade e a separação de funções na cidade, portanto, os antigos centros urbanos tornaram-se inadequados sob a ótica da modernidade, pois não atendiam às necessidades funcionais e práticas da cidade moderna. Simão (2006) ressalta que o desenvolvimento, guiado pelos ideais da modernidade, implicava em uma renovação contínua e a criação constante de novas necessidades, o que dificultou a preservação de muitos núcleos urbanos históricos. Como consequência, o patrimônio urbano de várias cidades foi comprometido, à medida que os valores históricos e culturais foram sendo sobrepostos pelas exigências da modernização das cidades.

No Brasil, as transformações urbanas também foram fortemente influenciadas pelo ideário modernista, alinhado à visão de progresso e futuro que caracteriza o período republicano. Esse contexto gerou um cenário de abandono dos centros históricos, considerados representações do passado que não se adequaram à imagem da cidade ideal e moderna. Lemos (1981, p.35) destaca que “a república nova não alterou o quadro de abandono geral, e a proteção de bens culturais

arquitetônicos não passava pela cabeça de nenhum governante”, evidenciando a falta de valorização e preservação do patrimônio histórico nesse período.

Enquanto na Europa do século XIX a questão patrimonial já ganhava destaque nos debates, em resposta às demolições resultantes de revoluções e conflitos bélicos que colocavam em risco a preservação da memória, da cultura e da história local, no Brasil essa preocupação irá emergir somente no século XX, especialmente pela atuação dos intelectuais modernistas ligados ao movimento artístico-cultural da Semana de Arte Moderna de 1922. Embora as concepções modernistas e preservacionistas se apresentassem divergentes, o movimento modernista brasileiro se diferenciou pela busca constante de um perfil artístico e cultural para o país, como afirma Sant’anna (apud Simão, 2006, p.28) “para os modernistas, o principal objetivo da causa patrimonial era construir uma identidade artística nacional, e não apenas salvar um acervo histórico ameaçado de destruição.” sendo assim, ao revisitar a história e as raízes da arquitetura colonial encontraram um fundamento que expressava a identidade cultural nacional.

Lemos (1981) destaca que é apenas em 1936 que o país ganha um projeto digno de criação de um instituto preservacionista, sob autoria do escritor Mário de Andrade. No ano seguinte, na gestão política de Getúlio Vargas, que o Ministério da Educação chefiado por Gustavo Capanema, toma como base o projeto de Mário de Andrade, e em 30 de Novembro de 1937 com o decreto nº25 nasce o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) marcando o começo da institucionalização da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Após 87 anos de atuação, o órgão, agora denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ainda enfrenta desafios na administração do acervo cultural significativo para a população. Com o crescimento urbano e a ainda recente conscientização patrimonial, as cidades contemporâneas sofrem com a perda e a descaracterização do seu patrimônio remanescente, além de apresentarem lacunas na gestão e na capacidade de conciliar o planejamento urbano com a proteção e salvaguarda deste patrimônio cultural.

Na Bahia, as transformações urbanas sob a concepção modernista seguem a mesma tendência que ocorre no restante do país. Oliveira (1999) observa que, para a Comissão de Plano da Cidade do Salvador, a modernização frequentemente se

associava à demolição, apresentando a "Bahia moderna" como a única alternativa à "Bahia antiga", considerada "velha", "suja" e "vergonhosa", e, portanto, destinada a ser apagada, demolida ou escondida. Assim, em 1935 a Comissão de Plano do Salvador organiza a Semana de Urbanismo, com o objetivo de sensibilizar a população sobre a necessidade de modernização da capital baiana.

A 515 km de distância da capital soteropolitana, localiza-se o município de Vitória da Conquista, no centro-sul da Bahia. A cidade já possui 183 anos e teve sua formação territorial fruto da colonização exploratória do século XVIII ao começo do século XIX (Rocha, 2013), na região conhecida como Sertão da Ressaca. Assim como Salvador, Vitória da Conquista passa por grandes modificações em sua malha urbana no meio do século XX, período correspondente à modernização das cidades e ao advento de novas tecnologias construtivas.

Conhecida como a terceira maior cidade do Estado da Bahia, Vitória da Conquista possui o seu patrimônio remanescente em risco de destruição e perda total. Atualmente com 370.868 habitantes, verifica-se um quadro de negligência da gestão pública em proteger os edifícios de interesse patrimonial da cidade, onde muitos findam em demolições para dar uso a novos estacionamentos e construções com novas tipologias.

O recente desabamento do teto de ouro da Igreja São Francisco de Assis, no Centro Histórico de Salvador, desvela a situação de vulnerabilidade pela qual o patrimônio histórico e cultural do Estado está propenso. A tragédia na capital baiana, exhibe a falta de políticas efetivas e investimento em corpo técnico qualificado para manutenção dos monumentos, dessa forma ocasiona em perdas irreversíveis para obras que representam a identidade cultural nacional. Assim urge a necessidade de estudos que visem documentar as edificações que são significativas na história das cidades, e marcam a identidade e a memória da população.

A partir disso, esta pesquisa tem o objetivo geral de analisar as transformações ocorridas na paisagem urbana da antiga Rua Grande, núcleo histórico da cidade de Vitória da Conquista-BA, por meio de uma análise morfológica urbana com foco em documentar seus monumentos históricos. Os objetivos específicos condizem com analisar o processo de modernização e suas principais repercussões na configuração espacial da cidade; registrar a produção arquitetônica em Vitória da

Conquista, identificando as permanências e supressões de seu patrimônio ao longo do tempo.

Os procedimentos metodológicos seguidos incluem o levantamento e revisão bibliográfica em teses dissertativas, livros e artigos científicos que auxiliarão na construção do embasamento teórico da pesquisa, com enfoque em temas relacionados com memória e identidade, patrimônio urbano, história da cidade de Vitória da Conquista e compreensão da morfologia urbana. Em seguida, será realizada a coleta e análise de dados cartográficos, iconográficos e fotográficos relevantes para a interpretação do objeto de estudo. Por fim, os dados coletados serão interpretados e apresentados com a elaboração de fichas de inventariação.

Espera-se com essa pesquisa, compreender a expansão e a transformação do espaço urbano da antiga Rua Grande de Vitória da Conquista-BA, através da construção, demolição e a permanência de seus monumentos, tornando possível enxergar a história da cidade sob uma nova perspectiva e fortalecendo assim o sentido de pertencimento, identidade e memória de seus habitantes.

O desenvolvimento deste trabalho foi estruturado em seis capítulos, onde o primeiro corresponde a esta seção introdutória acerca do tema e seus objetivos. O segundo e o terceiro capítulos se dedicam a explorar conceitos iniciais acerca do patrimônio cultural, além da contextualização histórica e geográfica do objeto de estudo, a cidade de Vitória da Conquista-BA. No quarto capítulo, é realizada uma análise da morfologia urbana da antiga Rua Grande, a fim de compreender as transformações no espaço urbano através de seus elementos compositivos (ruas, lotes, praças, edifícios). O quinto capítulo apresenta os resultados por meio de uma síntese da análise morfológica em fichas técnicas de inventário. E por fim, no sexto capítulo contém as considerações finais das discussões levantadas.



2. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANO

2. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANO

A invenção dos conceitos de patrimônio histórico e de urbanismo enquanto disciplinas surgem concomitantemente ao período industrial, marcado por intensas transformações nos núcleos urbanos. Desse modo, as cidades enfrentam desafios frente às novas necessidades que surgem, assim o urbanismo nasce com intuito de planejar o traçado urbano, adaptando-o aos novos meios de comunicação e ao fluxo veicular provenientes da industrialização (Acosta Colazzo, 2012). Já as teorias referentes ao patrimônio histórico ganham efervescência nesse contexto do encontro do novo desenho da cidade com as edificações de cunho histórico, já que seu padrão de espacialização não atende mais às exigências da vida urbana.

Dado este panorama, esta seção irá apresentar o embasamento teórico referente ao conceito de patrimônio arquitetônico e urbano. O primeiro tópico objetiva abordar sobre o espaço, a memória e a identidade, enquanto peças fundamentais para compreensão da patrimonialização. Já o segundo tópico se refere a contextualização da concepção de patrimônio na escala urbana, apresentando a evolução da teoria e as cartas patrimoniais relevantes ao tema. E por fim, o último tópico do capítulo busca apresentar um quadro geral da história e política preservacionista no Brasil.

2.1. Espaço, memória e identidade

A cidade é o espaço onde a temporalidade adquire forma e sentido, de tal modo que se torna capaz de refletir as dinâmicas sociais, culturais e políticas de um grupo em determinado período histórico. Por esta perspectiva, a urbe abriga múltiplas faces e está sob constante reconstrução, onde o passado e o presente se entrelaçam para moldar, através da história e da memória, uma identidade aos seus habitantes do futuro.

Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), a memória pode ser compreendida como um fenômeno que se forma por grupos a partir de sua interação com o meio social, sendo portanto, sempre uma construção coletiva. Logo, ao evocar o próprio passado, há que necessariamente fazer apelo às lembranças de outros indivíduos (Halbwachs, 1990), pois as memórias individuais não são restritas

e isoladas, sendo a história da nação, o espaço e os grupos sociais em que convivem, elementos integrantes das recordações pessoais.

Nesse sentido, a história se configura como uma reconstrução crítica do passado que busca distinguir um período de outro, no entanto, o processo de sua narrativa não consegue abarcar um quadro geral dos acontecimentos, oferecendo apenas um esquema falho e distante. Enquanto isso, a memória está presente e se transforma no decorrer das vivências cotidianas, assim “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória.” (Halbwachs, 1990, p.60)

Dado o exposto, as imagens espaciais desempenham um papel fundamental no conceito de memória coletiva, pois o entorno material carrega as marcas daqueles que o habitam. Dessa forma, o ambiente urbano e os quadros que o compõem, como as suas edificações, possuem a capacidade de revelar preferências estilísticas, costumes e tradições de um dado momento. Os grupos sociais materializam e transformam dentro do espaço a sua própria memória e identidade, como Hallbwachs (1990) descreve:

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem (Halbwachs, 1990, p.133)

O corpo social é responsável por reproduzir a configuração espacial das cidades e adaptá-la aos seus hábitos, à vista disso, o espaço urbano não somente coexiste casualmente com um grupo de indivíduos, como também carrega significados profundos que traduzem parte da personalidade de seus integrantes. Assim, ao modificar as estruturas físicas de uma cidade, os símbolos que testemunham a história, memória e identidade de um grupo são comprometidos. Sobre a relação entre o espaço e a memória coletiva, Hallbwachs (1990) sintetiza que:

Se, entre as casas, as ruas, e os grupos de seus habitantes, não houvesse apenas uma relação inteiramente acidental, e de efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente; mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil

modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. (Halbwachs, 1990, p.136)

Nesse ínterim, o estado em que o espaço da cidade se apresenta no presente influencia a percepção de como os grupos irão rememorar e se identificar com o passado. Para o historiador francês Pierre Nora, a modernidade acompanhada pelos fenômenos da globalização, massificação e da difusão midiática, causa o enfraquecimento da memória espontânea transmitida de geração para geração, pois a sociedade passa a ter mais consciência de sua ruptura com o passado por meio do historicismo crítico.

A memória como elemento vivo e em permanente evolução, se torna exposta à dialética da lembrança e do esquecimento, suscetível a manipulações e até mesmo revitalizações (Nora, 2012). Frente aos riscos e fragilidades dos tempos modernos, onde a história aliada à mídia deforma as recordações e sua função voltada à herança, surge a necessidade de preservar conscientemente os vestígios das memórias.

A partir da ideia de que não há mais memórias espontâneas, partilhadas por tradições, oralidades e costumes, nasce o conceito de “lugares de memória” defendido por Nora. Esses lugares são definidos como espaços físicos, práticas ou objetos dotados de uma aura simbólica, capazes de cristalizar materialmente a memória coletiva de uma nação e garantir a sua transmissão.

Nora afirma que “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (Nora, 2012, p.8) por esta razão, a contemporaneidade é marcada pela busca incessante em arquivar o passado vivido, perante ao seu rápido desaparecimento. Os lugares de memória são uma resposta à preocupação de buscar um significado ao presente e perpassa-lo ao futuro.

O historiador Jacques Le Goff (1924-2014) complementa a linha de pensamento introduzindo a memória como dinâmica e seletiva, sendo assim sujeita a reinterpretações de acordo com os interesses políticos do momento atual. A memória coletiva é transfigurada como instrumento e objeto de poder dentro da sociedade, onde a sua narrativa pode ser manipulada por grupos dominantes, que

definem o que deverá ser lembrado e o que cairá no esquecimento. Le Goff (2003) afirma que:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. (Le Goff, 2003, p.422)

Em suma, a memória tecnicamente pode ser reduzida à capacidade humana mental de armazenar informações, no entanto, subjetivamente pode ser interpretada como um elemento vivo e em constante mudança, influenciada pelas relações sociais, espaciais, culturais e políticas. Deste modo, as memórias colecionadas por sociedades são uma ferramenta motriz na formação de sua identidade cultural.

Segundo Nora, a interiorização da memória “obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade.” (2012, p.18) e de acordo com Le Goff ela “é elemento essencial do que costuma chamar identidade, individual ou coletiva” (2003, p.469). Consequentemente, preservar os artefatos tangíveis de recordação, assim como as edificações antigas, é essencial para dar sentido e continuidade da identidade cultural. Pesavento (2011) descreve que:

Recuperar a cidade do passado implica, de uma certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em um outro tempo. Ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história. (Pesavento, 2004, p.11)

Assim, evidencia-se que a salvaguarda do patrimônio arquitetônico e cultural vai além do restauro de sua estrutura mecânica e física, sendo indispensável compreender as memórias que aquele espaço evoca, os símbolos que representa e como contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade dos habitantes com o espaço da cidade.

2.2. O patrimônio urbano

As primeiras teorias do urbanismo advém de um pensamento higienista, visto que a primeira grande transformação da paisagem urbana no período de revolução industrial é fruto do forte adensamento populacional, que contribuiu para o aumento das condições insalubres das cidades. Assim, Haussmann (1853-1870) foi o primeiro precursor a pensar soluções de saneamento, salubridade e segurança para a cidade de Paris no século XIX, marco que influenciou o urbanismo e seu planejamento pelo mundo inteiro. No entanto, as transformações urbanas propostas por Haussmann foram responsáveis pela demolição de bairros antigos inteiros de Paris, em nome da higienização, mobilidade e estética.

A modernização radical da malha urbana causou impacto sobre as edificações históricas, nesse sentido, em meados do século XIX, surgem também as primeiras correntes de pensamento a respeito da preservação do patrimônio histórico das cidades. O francês Viollet-le-Duc (1814-1879) é um dos pioneiros em refletir a respeito do patrimônio. De cunho racionalista, sua teoria de restauro estilístico não enxerga o patrimônio somente como objeto essencial para se preservar a memória, mas como uma forma integrada a vida moderna e as suas transformações, deste modo, o teórico defende manter o estilo original dos monumentos, porém utilizando-se dos meios técnicos modernos (Simões, 2001).

A segunda corrente teórica do patrimônio, nasce na Grã-Bretanha sob a pena de John Ruskin (1818-1900). Em sua teoria, de caráter culturalista, Ruskin defende a não intervenção dos monumentos antigos, por considerar que qualquer alteração na obra afetaria a sua autenticidade (Simões, 2001). Ruskin também é o primeiro a trazer a noção do patrimônio urbano histórico acompanhada de um projeto de conservação.

Para Ruskin, a cidade antiga é também uma garantia da nossa identidade local, pessoal, nacional e humana, por essa razão ele não compactua com as transformações urbanas que as cidades estavam passando (Choay, 2017). Entretanto, percebe-se um distanciamento de 400 anos entre a invenção dos conceitos de monumento histórico e o de patrimônio urbano, dentre os fatores que contribuem para que a malha urbana não fosse inserida como material de objeto historiográfico desde o princípio, Choay (2017) explica que:

Numerosos fatores contribuíram para retardar de uma só vez a objetivação e a inserção do espaço urbano numa perspectiva histórica: de um lado, sua escala, sua complexidade, a longa duração de uma mentalidade que identificava a cidade a um nome, a uma comunidade, a uma genealogia, a uma história de certo modo pessoal, mas que era indiferente ao seu espaço; de outro, a ausência, antes do século XIX, de cadastros e documentos cartográficos confiáveis, a dificuldade de descobrir arquivos relativos aos modos de produção e às transformações do espaço urbano ao longo do tempo. (Choay, p. 178, 2017).

Diante deste contexto, é por intermédio do processo de urbanização dominante, que ora destrói os núcleos antigos e ora tende a querer preservá-los, que a noção de patrimônio urbano floresce e as formações antigas da era pré-industrial ganham visibilidade e adquirem sua identidade conceitual. Choay (2017) explora que a tensão entre a história e a historicidade pode explicar as cidades antigas por meio de três abordagens, como figuras: memorial, histórica e historial.

Na figura memorial, a cidade antiga desempenha o papel de monumento histórico que possui um valor de reverência, pois constitui-se como representação da memória e identidade coletiva. Esta figura se aproxima dos ideais de Ruskin, para quem os núcleos antigos deveriam ser mantidos em seu estado original, no entanto, ao focar apenas em seu valor simbólico, é desconsiderado as condições em que os habitantes vivem. Choay destaca que ao querer viver a cidade antiga no presente, Ruskin “a encerra no passado e perde de vista a cidade historial, a que está engajada no devir da historicidade.” (Choay, 2017, p.181)

Já a figura histórica é subdividida por Choay em papel propedêutico e papel museal. O primeiro entende o patrimônio histórico como uma ferramenta pedagógica capaz de transmitir conhecimentos acerca do passado, enquanto o segundo propõe a cidade antiga como uma peça de museu, uma frágil obra de arte destinada à contemplação. A figura histórica com papel propedêutico, proposta por Choay, relaciona-se com os ideais de Viollet-le-Duc, que com uma abordagem racional e educativa, defendia a restauração como forma de educar sobre o passado, permitindo no entanto, que modificações fossem realizadas para reintegrar e completar peças que não existiam mais na obra.

Por fim, a figura historial da cidade antiga é definida por Choay como “a síntese e a superação das duas precedentes.” (2017, p.194), esta abordagem crítica enxerga o patrimônio histórico dentro da continuidade do processo histórico, que é dinâmico e evolutivo, deste modo, a preservação deve considerar as transformações urbanas ao longo do tempo.

A figura historial está interligada com a obra teórica do arquiteto restaurador e urbanista Gustavo Giovannoni (1873-1943), discípulo de Camillo Boito (1836-1914) e principal precursor das teorias contemporâneas de conservação e restauração do patrimônio urbano. Para Giovannoni, as edificações históricas não podem ser vistas como objetos isolados no espaço, servindo apenas como alvo de musealização e separadas do contexto urbano em que estão inseridas.

Ao incluir a escala urbana na preservação do patrimônio, Giovannoni defende que o monumento histórico seja integrado na vida e crescimento das cidades, unindo e equilibrando as oposições entre preservar e mudar. Desta maneira, em seu conceito de restauro científico é defendido uma metodologia de mínima intervenção ao bem patrimonial, aceitando certas reconstituições que não sejam enganosas e deixem aparentes ao reconhecimento das transformações que ocorreram ao longo do tempo.

A intervenção respeitosa é baseada em estudos rigorosos acerca da história e das técnicas construtivas empregadas na construção, a fim de compreender profundamente a sua importância. A ideia de integração ao meio urbano contribui para que o patrimônio revitalizado seja adaptado às necessidades contemporâneas, porém sem perder de vista a sua essência histórica. Assim, o bem patrimonial

consegue assumir uma funcionalidade no presente e se mantém vivo no espaço da cidade.

A teoria de Giovannoni promove uma relação harmoniosa entre o passado e o presente na paisagem urbana, além de antecipar uma grande contribuição para as políticas de zonas de proteção ao patrimônio e seu entorno, aplicadas na Europa, a partir de 1960 (Choay, 2017). Esse marco é fundamental para unir a proteção do patrimônio arquitetônico ao planejamento urbano.

A instrumentalização de normas e políticas voltadas para a salvaguarda do patrimônio ocorre no século XX, período caracterizado por uma intensa inovação tecnológica, urbanização acelerada e grandes conflitos internacionais. A transformação do espaço aliada ao acontecimento das Guerras Mundiais, impactam em uma destruição frequente dos monumentos históricos, ocasionando uma ameaça iminente de perda dos bens que representam a história, memória e identidade das nações.

Essa fase inicia o movimento de regulamentação das práticas de conservação e restauro, surgem assim as chamadas cartas patrimoniais que são documentos que definem procedimentos e princípios que devem ser adotados no exercício do ofício de restaurador e conservador. As cartas patrimoniais englobam recomendações, normas, diretrizes, declarações e considerações relativas à preservação do patrimônio. São produzidas em maior parte por órgãos internacionais como o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que tem como função identificar os bens que são patrimônio da humanidade. Atualmente já se apresentam mais de 40 cartas, das quais cabe destacar algumas das que tratam do patrimônio urbano: A Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964), Carta de Washington (1987), Documento de Nara (1994) e Os Princípios de La Valletta a respeito da Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011).

A Carta de Atenas (1931) foi elaborada no I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, sendo a primeira a ser publicada, fruto da mobilização da sociedade para restaurar e recuperar bens culturais perdidos

pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Defende a autenticidade, o respeito ao entorno e a manutenção regular para evitar grandes intervenções depois.

A Carta de Veneza (1964) foi uma das mais influentes cartas patrimoniais, onde há uma ampliação do bem cultural para “criações arquitetônicas isoladas, os conjuntos urbanos e rurais e obras modestas que têm uma significância cultural.” (Farah e Merlin, 2020, p.5), deste modo, o meio ambiente se inclui como objeto de interesse patrimonial. Em relação às técnicas de intervenção, a carta é adepta do restauro crítico, que tem embasamento na teoria brandiana.

A Carta de Washington (1987) é uma das principais a propor a integração da preservação patrimonial aliada ao campo do planejamento urbano. Defende as medidas de proteção apresentadas na Carta de Veneza, no entanto, destaca a necessidade de adaptar o patrimônio à vida contemporânea, prescrevendo funções que sejam compatíveis com o entorno urbano.

O Documento de Nara (1994) introduz o conceito de autenticidade e propõe que a preservação dos núcleos históricos ocorra respeitando as próprias características culturais e seus contextos locais.

Por fim, Os Princípios de La Valletta a respeito da Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011) surge como um amadurecimento da Recomendação de Nairóbi (1976) e da Carta de Washington (1987). Esse documento discute acerca da preservação patrimonial como base do planejamento urbano e o desenvolvimento territorial, ideias que já eram discutidas pelo teórico Gustavo Giovannoni. Assim, as técnicas de intervenção condizem com compreender a cidade e suas transformações, prefigurando no patrimônio as mudanças ocorridas pelo tempo, para que não haja nenhum comprometimento na percepção do território urbano (Farah e Merlin, 2020).

2.3. O quadro do patrimônio no Brasil

No Brasil, o debate sobre a salvaguarda do patrimônio começou a ganhar destaque no século XX, impulsionado pelos intelectuais ligados ao movimento modernista. No entanto, há precedentes que remontam ao século XVIII, indicando que a preocupação com a preservação já estava presente, embora de forma limitada, entre uma pequena parcela da população.

O primeiro registro do início desta trajetória, data entre 1735 a 1749, com autoria de D. André de Melo e Castro, Vice-Rei do Estado do Brasil, que escreveu uma carta ao então Governador de Pernambuco a respeito da proteção das construções deixadas pelos holandeses. Com este episódio, apenas um século depois surgem mais algumas tentativas voltadas a documentar e criar coleções epigráficas. Dentre as figuras que demonstram algum interesse ao tema estão D. Pedro II e alguns escritores do período da monarquia e da república.

A partir de 1920 surgem as primeiras investidas na tentativa de elaborar um anteprojeto de proteção ao patrimônio nacional, dentre as quais se destacam as iniciativas pelas esferas estaduais. Em Minas Gerais no ano de 1925, o presidente estadual Mello Vianna organiza uma comissão para estudar o tema, resultando em um anteprojeto de lei federal, pois concluíram que apenas medidas estaduais não seriam o suficiente. Na Bahia, em 1927, o então presidente Francisco M. Góis Calmon toma a iniciativa de criar a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais por meio do Decreto nº 5.339 e das leis estaduais nº 2.031 e 2.032. Em 1928, o Estado de Pernambuco segue o exemplo da Bahia, e o presidente Estácio Coimbra cria por meio da lei nº 1.918, a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e um museu.

No entanto, a Constituição Federal e o Código Penal vigente na época não eram compatíveis com as medidas estaduais, tornando as ações apenas na esfera estadual insuficientes para proteger o patrimônio nacional. Logo, em 29 de agosto de 1930, é o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho o responsável por apresentar um projeto de lei federal, no entanto, com a Revolução dos anos 30, o Congresso é dissolvido e a Constituição finalizada, tornando o projeto sem efeito.

Assim, a primeira lei federal irá emergir três anos após a Revolução de 30, em 12 de julho de 1933 pelo Decreto nº 22.928 que erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Em 14 de julho de 1934, com o Decreto nº 24.735 o governo começa a organizar um serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de arte tradicionais. Através destes precedentes constrói-se no país uma base para criação de uma legislação efetiva.

Apenas em 1936 o país ganha um projeto para criação de um instituto preservacionista, com diretrizes para proteção do patrimônio artístico nacional, sob autoria do escritor paulista Mário de Andrade, a pedido do então Ministro da Cultura, Gustavo Capanema. O projeto tornou-se lei federal em 30 de novembro de 1937, com o Decreto nº 25, marcando oficialmente a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o começo da institucionalização da preservação do patrimônio nacional.

O modernismo internacional apresentava uma visão dicotômica a respeito dos núcleos históricos, pois o seu conceito de cidade funcional, difundida pelo arquiteto Le Corbusier e consolidado na Carta de Atenas (resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetos Modernos - CIAM, em 1933), era completamente contrário as formações dos sítios antigos, que não atendiam às necessidades modernas. A cidade ideal para os modernistas se dava por meio da racionalidade do espaço e segregação de suas funções.

Porém, visto que no Brasil a “grande lacuna cultural era a inexistência de uma cultura própria, de identidade local” (Simão, 2006, p.27), os modernistas do país tropical se empenharam ferrenhamente na busca por uma identidade artística nacional. Deste modo, encontraram nos sítios históricos, nas raízes da arquitetura colonial, um desvelo no espaço que poderia representar a identidade e a memória da nação brasileira. Conforme Simão (2006) cita:

Com o objetivo de buscar as raízes e a identidade nacional, os modernistas empreenderam uma viagem a Minas Gerais. E nas cidades antigas mineiras eles encontraram aquilo que procuravam. Monumentos e núcleos urbanos coloniais abandonados, mas que mantinham sua integridade estilística original, contavam a história e refletiam a tradição almejada. Ouro Preto foi o grande ancoradouro

dos modernistas. Aqui estava o berço da história, a tradição necessária à criação de nossa “memória”, à conformação de nosso perfil civilizado. (Simão, 2006. p.28)

Justifica-se assim o engajamento dos modernistas nacionais em salvaguardar o patrimônio histórico e cultural e compreender o seu conceito. O projeto de Mário de Andrade agrupa as obras de arte em oito categorias: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras (Lemos, 1981). No entanto, nota-se que nas primeiras décadas de atuação do IPHAN, foram consideradas com maior ênfase os monumentos de “pedra e cal”, enquanto as demais manifestações culturais foram relegadas.

Inspirado no que ocorria nos países europeus, Mário de Andrade criou o Tombamento como principal instrumento na medida de proteção, no entanto, não ficou completamente especificado a composição de cada Livro do Tombo, gerando uma lacuna sobre os critérios de escolha do que tomba. O IPHAN inicialmente dedicou-se a tomba o acervo arquitetônico colonial, sendo que na década de 40 tomba algumas obras modernas como a Igreja de São Francisco de Assis na Pampulha, em Belo Horizonte; e na década de 80 o Plano Piloto de Brasília foi protegido pela União. (Simão, 2006)

Apesar da tentativa de proteger núcleos urbanos inteiros, os primeiros anos de atuação do IPHAN desconsideraram a dinâmica de transformações que a cidade vive, visualizando o patrimônio histórico apenas sob a ótica da obra de arte. Ocorre assim, que as edificações são vistas como objetos isolados que não sofrem mudanças, e não uma visão ampla e conjunta da cidade. Como Simão (2006) retrata:

A visão de que as cidades eram grandes obras de arte, monumentos únicos e íntegros, que se conformariam sempre como o somatório de suas partes - edificações, pontes, chafarizes, praças - permaneceu na atuação da instituição e no imaginário dos usuários. (Simão, 2006, p.32)

As décadas de 1960 e 1970 são caracterizadas pelo desenvolvimento acentuado e a rápida industrialização do país, acontecimentos que refletem em transformações espaciais pelas cidades. Devido ao aumento demográfico, os territórios se expandem e novas estradas são construídas, novos loteamentos e novas dinâmicas por onde o planejamento urbano incide sua atuação. Torna-se evidente a necessidade do IPHAN rever seu conceito de patrimônio dentro da cidade.

A demanda para as cidades tombadas foi alterada. Eram, agora, propostos novos parcelamentos, novas ruas eram abertas, novas áreas ocupadas. As cidades cresciam em seu tecido urbano, escapando dos critérios até então utilizados pelo PHAN. Preservar somente a tipologia arquitetônica não garantiria mais a feição paisagística urbana, a grande obra de arte. (Simão, 2006, p.35)

Na década de 1980 é idealizada a criação da Fundação Nacional Pró-Memória para suprir as carências financeiras do instituto, e para rever as bases conceituais sobre o patrimônio cultural nacional. Porém, com a reforma administrativa do Governo Collor nos anos 90, a Fundação Nacional Pró-Memória foi extinta.

Exposto a trajetória de atuação do órgão preservacionista nacional, percebe-se que perpetua na atualidade lacunas conceituais e administrativas que impedem que o patrimônio seja protegido integralmente. Deste modo, as cidades contemporâneas brasileiras tem um quadro de apagamento constante do patrimônio histórico e cultural.

A proteção do patrimônio cultural em Vitória da Conquista segue um sistema de dois níveis: estadual e municipal, com a participação ativa do IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural) que atua em escala Estadual, e a Secretaria de Cultura no âmbito municipal. O IPAC é o órgão responsável por identificar, proteger, promover e monitorar o patrimônio cultural do estado da Bahia, com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à preservação de bens culturais materiais e imateriais.

Em 2005, o IPAC realizou o tombamento sob o decreto nº 9.745/2005 da Casa de Dona Zaza, situada na Praça Barão do Rio Branco, um importante marco

da história local conquistense. No entanto, esse foi o único tombamento realizado pelo Estado sobre o patrimônio edificado da cidade de Conquista.

Já em nível municipal, a proteção do patrimônio histórico teve a elaboração da Lei Municipal 707/1993 concebida na gestão do prefeito José Fernandes Pedral Sampaio. A Lei foi regulamentada na gestão do prefeito Herzem Gusmão entre 2017 a 2020, que instituiu o Decreto 18.918. Além deste, com a instituição do Decreto 19.719 surgiu o Núcleo de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da cidade (Sena, 2023). A partir desse contexto, o Núcleo e o Conselho Municipal de Cultura passaram a ser responsáveis pela instrução de processos de tombamento e inventário, assim como pelo monitoramento e inspeção dos bens protegidos.

No entanto, Sena (2023) destaca que embora a Lei 707/93 tenha mais de 30 anos desde sua aprovação, apenas dois imóveis foram tombados em nível municipal. O antigo Cine Ritz localizado na Praça Barão do Rio Branco tombado pelo Decreto 9.770, de 10 de março de 2000, na gestão do prefeito Guilherme Menezes; e o casarão onde residiu o ex-governador da Bahia Régis Pacheco, tombado pelo Decreto 8.696, de 28 de maio de 1996 na gestão de José Fernandes Pedral Sampaio (Sena, 2023). Mesmo com a implementação de novas regulamentações, a efetividade da proteção do patrimônio cultural municipal ainda enfrenta desafios, evidenciando a necessidade de debate acerca da proteção e salvaguarda do patrimônio edificado da cidade.



3.HISTÓRIA E MEMÓRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

3. HISTÓRIA E MEMÓRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

O capítulo que se segue pretende apresentar a formação territorial da cidade de Vitória da Conquista, localizada no sudoeste da Bahia. O município, objeto de estudo deste trabalho, é caracterizado como de médio porte, e exerce uma forte influência socioeconômica para a região do centro sul baiano. Sua origem remonta a colonização portuguesa entre os séculos XVIII ao XIX, e o seu reconhecimento enquanto cidade já perfaz 183 anos, logo a cidade possui um acervo de construções antigas que definem sua identidade espacial e cristalizam a memória da população conquistense no espaço.

No entanto, a cidade como organismo dinâmico se modifica a todo momento, e o que se apresenta na atualidade é um acervo patrimonial em ameaça de apagamento. Deste modo, primeira seção deste capítulo abordará um breve histórico da origem de Vitória da Conquista na região conhecida como Sertão da Ressaca, enquanto o segundo tópico apresentará as transformações urbanas sofridas pela cidade e como seu espaço foi reconfigurado ao longo do tempo, em especial como as mudanças modernas impactaram na supressão do seu patrimônio edificado.

3.1. Breve história do Sertão da Ressaca

A formação territorial da cidade de Vitória da Conquista teve início em meados do século XVIII, fruto da colonização exploratória portuguesa na região conhecida como Sertão da Ressaca¹, localizada entre as margens do Rio Pardo e o Rio das Contas. Entre 1725 a 1760, o sertão baiano foi alvo das expedições dos sertanistas, dentre os quais se destacam: o Coronel Pedro Leolino Mariz (1724-1758); o Coronel André da Rocha Pinto (1724-1732); Domingos Dias do Prado (1724-1732); João da Silva Guimarães (1734-1758) e João Gonçalves da Costa (1752-1819) (Rocha, 2013).

¹ O título Sertão da Ressaca pode ter sua origem relacionada com: o fenômeno das águas dos rios invadindo o sertão, ou ligada ao termo "ressaco" que se refere a uma região de mato baixo cercado por serras. (PMVC, 2012)

Estas expedições faziam parte das políticas de interiorizar a ocupação das terras na colônia brasileira, almejando também a busca por minérios. Deste modo, para incentivar a fixação nos territórios o Governo Português doava as terras para que os colonizadores desenvolvessem atividades mercantis. É neste contexto que em 1750, o sertanista e ex-escravo português João Gonçalves da Costa parte de Minas Novas no norte mineiro, acompanhado do seu Mestre de Campo João da Silva Guimarães, que tinha como comandante geral o Coronel Pedro Leolino Mariz (Rocha, 2013, p.4), a procura de ouro e pedras preciosas no interior baiano.

Em contrapartida, o Sertão da Ressaca já era povoado pelos povos originários, reconhecidos por três grupos: os Mongoyós (ou Kamakans), Ymborés (ou Botocudos) e os Pataxós. Todos pertenciam ao tronco linguístico Macro-Jê, sendo que cada um possuía sua própria língua, ritos religiosos e costumes. Habitando a mesma região e tendo a caça como a principal atividade para garantir a alimentação da tribo, ocasionalmente travavam batalhas entre si como modo de sobrevivência no espaço.

Assim, quando o bandeirante João Gonçalves da Costa e seu grupo adentraram o Sertão da Ressaca, se depararam com tribos estabelecidas com um alto nível de organização, que resistem bravamente à sua invasão territorial. A ocupação da região ocorreu lentamente e às custas de batalhas intensas entre os colonizadores e as tribos indígenas ali presentes.

As batalhas ocorreram por volta de 1752 e se estenderam até o começo do século XIX. Destaca-se na história o episódio que ficou conhecido como o “Banquete da Morte”, ocorrido entre 1803 e 1806, quando os portugueses ofereceram uma suposta trégua e convidaram os Mongoyós para festejar com bebidas alcoólicas (PMVC, 2012). Enganados com o falso festejo, os indígenas foram cercados e exterminados, consolidando a dominação dos portugueses sob o território.

Entre 1753 e 1783, a localização da atual cidade de Vitória da Conquista já era denominado de Arraial de Nossa Senhora da Vitória. Na década de 1780 já havia 60 moradores no local (Rocha, 2013) e o surgimento das primeiras ruas próximas ao leito do Rio Verruga (PMVC, 2012). Em 1803 tem início a construção da igreja matriz em homenagem a Nossa Senhora da Vitória (figura 1), como promessa realizada por João Gonçalves da Costa por vencer a batalha contra os indígenas.

Figura 1 - Primeira Igreja Matriz da cidade, registro da década de 1920.



Fonte: PMVC, 2023.

Em 1817 o Arraial recebe a visita do príncipe europeu Maximiliano de Wied-Neuwied, que durante sua passagem deixa registrado em seus manuscritos descrições detalhadas da paisagem urbana que começa a se formar na região.

Arraial da conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante quanto qualquer Vila do litoral. Contam-se aí umas quarenta casas baixas e uma igreja em construção. Os moradores são pobres; daí a razão porque os ricos proprietários das redondezas (...) empreenderam a construção da igreja as suas expensas. (...) a venda do algodão e a passagem das “boiadas”, que vão para a Baía, lhes proporcionam outro meio de vida.. (Wied-Neuwied, 1940, p. 409).

Maximiliano de Wied-Neuwied também contribuiu sobre a paisagem natural que o Sertão da Ressaca apresenta, evidenciando o clima favorável e a localização estratégica em que a cidade cresce.

A situação de Conquista não é desagradável, sobretudo por que do fundo do vale, cercado de colinas suavemente inclinadas, avistam-se os flancos e os cimos dessas colinas cobertas de matas. Numa das

vertentes, sombreada por umbrosas florestas, Conquista forma uma retângulo alongado. A igreja construída no lado mais alto ocupa o meio deste. As matas espessas que enchem toda a área em volta do retângulo dão-lhe a aparência de um prado verde claro e tornam muito agradável o aspecto da vila. (Wiedl-Neuwied, 1940, p. 410).

Em 1840, o Arraial da Conquista passa ao status de Vila, e a principal atividade econômica exercida é a pecuária. Já com a emancipação política da Proclamação da República, em 1891, ocorre a transferência da condição de vila para cidade denominada Conquista. Assim, no começo do século XIX, a gênese da estrutura espacial da cidade de Vitória da Conquista ganha forma dentro do Sertão da Ressaca, expandindo territorialmente, o que viria a ser tornar uma das cidades mais influentes do estado da Bahia.

3.2. As transformações urbanas em Vitória Da Conquista - BA.

Às margens do Rio Verruga, a cidade de Vitória da Conquista ergue suas primeiras edificações, dando início a formação do seu núcleo urbano na então chamada Rua Grande (figura 2), local que hoje abriga as praças Caixeiro Viajantes, Barão do Rio Branco e Tancredo Neves (Rocha, 2013). A Praça Tancredo Neves, em especial, destaca-se por abrigar a primeira igreja fundada no município, símbolo da colonização portuguesa no espaço. Esse marco religioso não apenas representava a fé dos colonizadores, mas também consolidava seu domínio sobre as terras conquistadas, a custo da violenta expulsão e extermínio dos povos originários que ali habitavam.

A planificação urbana da cidade, conforme descrito pelo príncipe Maximiliano em 1817 no seu livro “Viagem ao Brasil”, se assemelhava ao padrão típico europeu, com as ruas retas e o formato predominante quadrangular ou retangular. Assim, a Rua Grande com seu tracejado ortogonal guia espacialmente a principal via formadora da cidade (figura 3), sendo assim palco das primeiras interações sociais, comerciais e religiosas que moldam a vida urbana conquistense.

Figura 2 - Rua Grande em dia de feira, década de 1910.



Fonte: PMVC, 2023.

Figura 3 - Mapa esquemático da abrangência da antiga Rua Grande, formadora do núcleo urbano de Vitória da Conquista-BA.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Conforme Pinheiro (2007), no Brasil houve três padrões de urbanização: o primeiro corresponde ao período colonial e se encerra na Revolução de 30, o segundo está relacionado a fase de industrialização nacional entre as décadas de 30 a 70, e a terceira fase está vinculada ao período de globalização, que perdura até a atualidade. Deste modo, na fase colonial observa-se no parcelamento do solo uma tipologia de cidade composta por residências alinhadas umas com as outras e sem recuos laterais, implantadas à beira de estradas. No caso do Arraial da Conquista, as primeiras residências possuíam seus quintais voltados ao fundo do córrego, que condizia com a nascente do Rio Verruga.

Ao adquirir o status de Vilarejo, a Conquista antiga já demonstrava certo grau de evolução em seu assentamento e desenvolvimento de suas atividades econômicas pecuaristas. Logo, em 1841 surge a necessidade de criar uma comissão para pensar na configuração do espaço e na abertura de novas vias. A comissão criada propõe que “deveria haver três becos novos com duas braças de largura cada um, outro em direitura à fonte, lugar indispensável para o trânsito dos que vão buscar água.” e “ainda mais quatro ruas travessas, e uma direita além das existentes” (Rocha, 2013, p.17-18). Evidencia-se assim o começo de um certo planejamento do espaço, buscando melhorar a qualidade de vida da época e separar o gado da zona urbana, almejando assim uma ordenação das atividades.

A arquitetura das edificações também remete a uma herança colonial portuguesa em seu estilo e tipologia, no entanto, a utilização de materiais extraídos da própria região da Vila, como as olarias de tijolos e telhas, e as madeiras para as portas e janelas, refletem não apenas a técnica construtiva da época mas também a adaptação encontrada para o ambiente local. Rocha (2013) descreve que:

Na Villa Victória, antiga Conquista do século XIX, embora a topografia do núcleo urbano estivesse em declive acentuado, inicialmente prevaleceu a construção de casas térreas uma ao lado da outra sem espaço e limite entre as edificações, seguindo um padrão arquitetônico português, com os casarões geminados e alinhados direto com a rua, tais construções, seguiam um padrão de moradia que utilizava-se de materiais existentes ao redor do Vilarejo, tais como tijolos, fabricados o barro do próprio quintal e telhas

produzidas com argila das planícies de inundação que circundavam toda a Vila. (Rocha, 2013, p.17)

Os modelos construtivos e as formas de ocupação do espaço urbano na Vitória da Conquista do século XVIII e XIX, refletem sobretudo os traços socioculturais e a estruturação espacial advinda da elite que dominava a região na época.

O segundo momento de urbanização da cidade é compatível com o período de industrialização, que corresponde a “intensos fluxos migratórios e grandes desequilíbrios regionais, que se inicia em 1930 e se encerra na década de 70” (Pinheiro, 2007, p.63). Em Conquista, dentre os principais fatores que contribuem para o aceleração da urbanização industrial estão a implantação da lavoura cafeeira na sua economia, sua localização aproximada ao litoral e a abertura de rodovias como a BR 116, em 1933 (Santos, Amaral e Nascimento, 2023). Assim, nota-se que a partir de 1970 a cidade se torna majoritariamente urbana, impactando diretamente nos modos de vida da população e na dinâmica urbana.

A mobilidade do trabalho ocasionada pelo café provocou nítidas dinâmicas demográficas e espaciais. Até a década de 1960, a população conquistense era majoritariamente rural. Entretanto, a partir de 1970 constata-se que a maior parte da população se torna urbana, de forma a aumentar progressivamente ao longo dos anos. (Santos, Amaral e Nascimento, 2023, p.10)

Deste modo, o século XX inaugura uma nova espacialidade nas cidades brasileiras em expansão. O advento das novas tecnologias contribui para que as edificações antepassadas se tornem obsoletas rapidamente e sejam abandonadas. A revolução industrial produz esse encontro entre o território histórico e a nova arquitetura (Acosta Collazo, 2012) que se ganha forma, logo, a cidade e suas novas exigências de mobilidade e habitação entram em conflito com os núcleos antigos existentes.

Em Vitória da Conquista este quadro de abandono do patrimônio não é obstante. As transformações urbanas são acentuadas entre as décadas de 1960 e 1970, fruto do aumento demográfico, das novas relações de trabalho e dos novos

aparatos tecnológicos que surgem da fase industrial. Na arquitetura essa nova dinâmica expressa novas tendências - ditas modernas, e novos materiais construtivos, que aceleram a produção e inovam as técnicas de edificar. Em nome da modernização da cidade, parte do seu acervo histórico de valor patrimonial é suprimido. Sena (2023) aponta que:

Para se ter uma ideia do que significaram essas transformações, basta saber que o município, que possuía 33.550 habitantes em 1950, saltou para 80.113 habitantes em 1960 (IBGE, 1962), ano a partir do qual a cidade experimenta alterações urbanas significativas, o que resulta no surgimento de novas tendências estéticas e modos de morar, associados, por óbvio, à modernização das técnicas da construção civil, com renovação da arquitetura, quase sempre sem o necessário controle legal no que tange à preservação da memória arquitetônica. (Sena, 2023, p.57)

As cidades interioranas de pequeno e médio porte tendem a negligenciar o seu acervo histórico, visto que a conceituação e entendimento da questão patrimonial ainda é recente pelo país no século XX. Os próprios órgãos e legislações referentes à proteção dos bens, têm conflitos entre si na compreensão dos critérios do que preservar nas cidades e a participação da sociedade ainda é escassa na discussão. Enquanto isso, a disciplina do planejamento urbano ganha evidência e atua frente ao crescimento desigual que ocorre nas cidades neste período, buscando solucionar as questões urbanísticas.

Deste modo, dos anos de 1970 até os dias atuais, segundo Pinheiro (2007) seria equivalente a uma urbanização com padrão compatível à fase de globalização. A cidade de Vitória da Conquista, atualmente com seus 370.868 habitantes, se destaca na região do centro sul baiano pela sua influência política e econômica. A paisagem urbana que apresenta é resultado de inúmeras transformações, que revelam as preocupações e pensamentos de cada momento materializadas no espaço. Embora, boa parte de suas edificações antigas tenham sido vítimas de demolições e abandono, é no espaço da antiga Rua Grande que prevalece o seu centro histórico, e onde permanecem resistentes os vestígios do passado, evocando a memória coletiva de seus habitantes e indicando sua identidade cultural.



4. ANÁLISE MORFOLÓGICA DA ANTIGA RUA GRANDE

4. ANÁLISE MORFOLÓGICA DA ANTIGA RUA GRANDE

A morfologia urbana compreende uma série de estudos referentes à forma urbana nas suas características externas, físicas e na sua evolução no tempo (Lamas, 2004), proporciona desta forma, um entendimento amplo do desenvolvimento, adaptação e estruturação das cidades. Aplicada a núcleos históricos, a metodologia permite distinguir os elementos que permaneceram daqueles que sofreram mutações e a suas possíveis motivações, assim, contribui com a leitura da paisagem urbana, parte essencial no reconhecimento de objetos que são de interesse cultural e histórico.

Neste íterim, esta seção tem por finalidade analisar os padrões espaciais consolidados no perímetro que corresponde à antiga Rua Grande do município de Vitória da Conquista-BA, por meio da abordagem morfológica-histórica concebida pelo geógrafo M.R.G. Conzen (1907-2000). De acordo com o autor, “a análise do plano de cidade mostra que os três elementos complexos – ruas, parcelas e edifícios – estabelecem combinações individualizadas em diferentes áreas da cidade.” (Conzen, 1969, p.05), deste modo os tópicos a seguir visam apresentar o processo evolutivo relacionado com o plano urbano (sistema viário, praças e loteamentos), a estrutura predial (tipologias arquitetônicas) e o uso do solo (funções distribuídas pelo espaço urbano).

4.1. Evolução do traçado urbano

A forma urbana é composta por um conjunto de elementos que se dispõem no espaço em diferentes escalas — as ruas, quarteirões, praças, lotes e as edificações. A análise morfológica se dedica a compreender a hierarquia, articulação, e o período histórico destes componentes, como peças fundamentais no desenho da cidade. Nesse contexto, o traçado urbano reflete o processo de produção do espaço urbano, assentes em eixos estruturantes e tendo a “rua” como o seu principal elemento morfológico. (Amado e Leite, 2010)

Segundo Conzen (1969, p.5) “o termo rua refere-se ao espaço aberto delimitado por linhas de rua e reservado para o uso de tráfego de superfície de qualquer tipo”, assim o sistema viário é a base do plano urbano, seja o traçado

espontâneo ou planejado, este é responsável pela organização do parcelamento do solo, disposição das edificações e conexão das diversas áreas da cidade.

A morfogênese das cidades brasileiras está intrinsecamente associada ao seu passado colonial, assim, a urbanização estabelecida no território nacional sofre influência direta do traçado europeu. A Coroa Portuguesa e a Igreja Católica foram responsáveis não apenas pela escolha do sítio, mas também por nortear as formas urbanas e sua organização territorial (Oliveira e Pereira, 2023). Desse modo, os vestígios da materialidade presentes na cidade funcionam como um condutor para compreender a evolução do tecido urbano, revelando as permanências de estruturas históricas que se consolidaram na configuração espacial das cidades no decorrer do tempo.

Sob essa perspectiva, o traçado de Vitória da Conquista é guiado pelos princípios urbanísticos de Portugal, tendo no desenvolvimento da antiga Rua Grande o eixo central que expressa a morfogênese da cidade. Reis Filho (1976) aponta que dentre as características da herança lusitana estão: ruas de aspecto uniforme, residências alinhadas às vias públicas e paredes laterais erguidas sobre os limites dos lote. Já Amado e Leite (2010) salientam que a rua é quem estabelece a hierarquia e o sistema de referência dentro do urbanismo português, evidenciando o grau de importância deste elemento.

Para além da matriz urbana lusitana, o território conquistense também foi moldado sob contribuição dos trajetos pré-existentes, como as trilhas criadas pelos povos originários. Desse modo, a cidade constitui uma mesclagem da lógica territorial portuguesa com os caminhos tradicionais dos indígenas na paisagem natural do sertão. Tal como descreve Tanajura (1992):

As primeiras estradas ou caminhos de boiadas, foram abertas pelo esforço de fazendeiros sobre as trilhas indígenas já existentes ou sobre os trilhos das criações em demanda d'água abertos pelos chifres do boi e cascos dos animais, modificados, de quando em vez, pelo facão do vaqueiro ou do viandante que ia libertando o rosto de unhas de gato e outras vegetações espinhosas. (Tanajura, 1992, p.50)

O assentamento do povoado que originaria o Arraial de Conquista é estrategicamente localizado próximo a Serra do PeriPeri, onde se encontra a nascente do Rio Verruga ou chamado córrego da Vitória, fato que se assemelha à formação de muitas cidades antigas, justificada pela disponibilidade da água. O arruamento inicial segue as margens e as curvas do rio, nascendo assim com um traço tortuoso (Medeiros, 2012) que se moldaria com o tempo. O Arraial Nossa Senhora da Vitória, posteriormente Vila Imperial Vitória, por fim com o topônimo de Cidade Conquista, adquire forma com as primeiras vias e edificações ao redor da área correspondente a atual praça Tancredo Neves.

Essa praça em seus primórdios, se estendia por uma ampla faixa de terra, que iniciava da localização da Igreja Matriz, até a ocupação onde atualmente é identificado o primeiro templo da Igreja Batista da cidade, no entorno da então praça Caixeiros Viajantes. Essa longa extensão foi denominada pelos moradores como “Rua Grande”, e a partir desse miolo que se coincidiria o ponto central por onde as novas vias surgiriam e a urbe se expandiria. Medeiros (2012) evidencia essa transformação no trecho abaixo:

Depois, a população adensou-se a partir daquele centro, porém longe das margens do córrego, ou riacho, mas não tão longe. Já por volta de 1840 sabe-se da existência de casas assentadas em local, na praça, não coladas ao rio, ou cujos quintais não eram banhados pelo córrego da Vitória. Mas foram deixados becos ou travessas para garantir acesso à água do riacho, ou córrego. (Medeiros, 2012)

O registro cartográfico mais antigo encontrado remonta ao ano de 1939 (Figura 4), neste documento é possível observar que a antiga Rua Grande nesse período já consta como a categoria de praça, sendo intitulada como 15 de Novembro. No entanto, apesar da presença de algumas araucárias dispostas aleatoriamente na região, não há elementos na composição do desenho que demonstrem um planejamento paisagístico ou a presença de mobiliários urbanos que possam configurar como de fato uma praça, nos termos formais conhecidos pela cidade contemporânea. Tal designação pode ser relacionada a utilização da Rua Grande pela população, que se destacava por ser um ambiente de feira livre, interação e demonstrações cívicas.

Figura 4 - Cartografia da Cidade de Conquista, de 1939.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2025.

Ferraz (2009) narra que no período após a Proclamação da República em 1891, quando a vila transfere para a titulação de cidade, a população urbana inteira se concentrava em onze ruas e duas praças, principalmente em volta da praça da Igreja Matriz. De acordo com Medeiros (2012) é na década de 40 que a Rua Grande sofre intervenção e tem sua forma desfigurada, tal transformação ocorre por conta da gestão municipal da época permitir construções no meio da rua, originando assim as duas praças que seriam denominadas Praça da República e Praça 15 de novembro, que hoje correspondem à Tancredo Neves e Barão do Rio Branco, respectivamente. Além das praças, a divisão também resulta nas ruas Zeferino Correia e Maximiliano Fernandes.

A Praça da República se caracteriza como a primeira praça de Conquista, apresentando traços formais que já prefiguram a intenção de se criar um espaço imponente. Para Lamas (2004) a praça é o componente que pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e um programa, deste modo, a transição da antiga Rua Grande em Praça da República demonstra mudanças significativas tanto na paisagem, quanto nas atividades de lazer que o local passa a abrigar, como os desfiles escolares, ringue de patinação, circos mambembes, dentre outros. Em relação ao planejamento paisagístico, a presença de árvores mais frondosas conforme visto na Figura 5, além da disposição de alguns equipamentos urbanos no meio da praça já alteram a imagem deserta que a antiga rua aparentava.

Figura 5 - Registros Fotográficos da Praça da República.



Fonte: PMVC, 2023.

Na década de 50, o cenário da praça assiste a uma nova transformação sob a direção de planejamento do prefeito Edvaldo Flores, a Praça da República é repaginada e batizada como Parque Jardim das Borboletas. Lamentavelmente o único registro documental do projeto atualmente se encontra em estado de degradação, conforme pode ser visto na Figura 6, entretanto, ainda é possível observar sutilmente os traços curvilíneos e sinuosos desenhados na planta datada de 1953, indicando uma solução formal harmoniosa de integrar a paisagem da natureza com o meio urbano, rompendo com o paralelismo padrão dos demais componentes morfológicos.

Figura 6 - Registro degradado do Projeto Paisagístico da Praça Jardim das Borboletas.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2025.

O Jardim das Borboletas (Figura 7) foi inaugurado em 1956 e trouxe consigo inovações na programação de lazer do centro da cidade, abrigava espaços como a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, o parque infantil e a “Cidade dos Pássaros”, que correspondia a um viveiro de 149m² para criação de aves. Outro grande marco da paisagem da nova praça era a famosa fonte luminosa, na qual havia uma estátua de uma mulher nua ornando seu topo, e as palmeiras imperiais que traziam o ar majestoso que o local almejava.

Figura 7 - Parque Jardim das Borboletas, à esquerda vista da fonte luminosa.



Fonte: PMVC, 2023.

Por fim, é na década de 80 que o velho esquema que um dia foi a Rua Grande se reformula novamente, e dessa vez consolida para a paisagem urbana tal como é conhecida hoje. É sob a gestão do prefeito José Fernandes Pedral Sampaio que o Parque do Jardim das Borboletas é demolido (Figura 8) para dar lugar a atual Praça Tancredo Neves, projetado pelas arquitetas Sibéria Correia e Ana Maria Domingos.

Figura 8 - Operários em 1980, na demolição do Jardim das Borboletas.



Fonte: PMVC, 2023.

Conservando algumas das palmeiras imperiais do antigo parque, a Praça Tancredo Neves nasce no ano de 1985 como um refúgio bucólico dentro do centro comercial agitado da cidade que permanece crescendo ininterruptamente. Conforme ilustrado abaixo:

Figura 9 - Vista Panorâmica da Praça Tancredo Neves.



Fonte: PMVC, 2023.

Nas palavras de Medeiros (2012) a praça segue viva e polivalente. Atualmente, apesar do seu programa e desenho serem mais voltados à contemplação da paisagem, ainda é palco de manifestações culturais como o Natal da Cidade, onde é iluminada por centenas de luzes e recebe apresentações tradicionais de grupos de Terno Reis. Assim como pontua Lamas (2004):

Se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. (Lamas, 2004, p.102)

À luz deste panorama, a praça se revela como o elemento morfológico de maior relevância para estruturar Vitória da Conquista, visto que a partir desse centro

os outros elementos vão adquirindo formas, assim, as vias, os becos e a própria estrutura predial vão sendo construídos no entorno desse espaço. Seja como praça ou como Rua Grande (Figura 10), percebe-se que esse espaço sempre se caracterizou por uma grande dinamicidade, possuindo uma funcionalidade similar desde sua concepção: um local de permanência, lazer, vivência e reunião social. Deste modo, a Rua Grande representa dentro da sua historicidade, um marco para a memória e a identidade da população conquistense.

Figura 10 - À esquerda vista da Rua Grande em 1930 pela torre da Igreja Matriz, e à direita vista da Praça Tancredo Neves em 2023.



Fonte: PMVC, 2023.

Além da Tancredo Neves, que se destaca por sua localização privilegiada em frente à Igreja Matriz, a Praça Barão do Rio Branco também é fruto da fragmentação da antiga Rua Grande. Desta maneira, vivenciou os festejos, acontecimentos e conflitos que a emblemática rua proporcionou à memória dos habitantes. Segundo a prefeitura municipal, durante o século passado “discursaram na praça, por exemplo, personagens como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Waldir Pires, Otávio Mangabeira, Ulysses Guimarães, João Mangabeira, Lula, Antônio Carlos Magalhães, entre outras figuras políticas de destaque” (PMVC, 2023), ilustrando o papel relevante da praça como um meio de expressão político-social.

Local de eventos marcantes na história conquistense, a Rua Grande também foi palco de fenômenos como o coronelismo, marca da República Velha. Deste modo, em 1919 testemunha em seu território confrontos violentos entre os grupos rivais Peduros e Meletes, representantes das lideranças respectivas do Coronel

Gugé e do Coronel Maneca Moreira, figuras políticas de grande poder econômico e social durante o século XIX.

Assim, concomitante ao processo de formação da Tancredo Neves, a Praça Barão do Rio Branco surge como um remanescente da parte baixa da antiga Rua Grande. No entanto, ao contrário da primeira, o seu espaço sofre mais com as transformações urbanas, adensamento populacional e o crescente uso comercial do centro. Na Figura 11, é perceptível a mudança na paisagem urbana em um intervalo de tempo de apenas 20 anos.

Figura 11- Praça Barão do Rio Branco, à esquerda em 1950 e à direita em 1970.



Fonte: PMVC, 2023.

De acordo com Lamas (2004, p.100) “o traçado tem um carácter de permanência, não totalmente modificável, que lhe permite resistir às transformações urbanas”, dessa maneira, a intervenção mais marcante da Praça Barão do Rio Branco se concentra no uso e tipologia de suas edificações. Em sua maioria, os casarões históricos foram demolidos para serem substituídos por traços paralelamente modernizadores, que abrigam principalmente funções institucionais e comerciais.

No traçado urbano, essa mudança tipológica-funcional reflete na praça um caráter de transitoriedade ao invés de permanência, rompendo com o significado original que a rua representava no passado. A evolução do traçado urbano é bem demarcada durante os períodos (Figura 12), portanto, embora a forma triangular que às ruas Maximiliano Fernandes e Zeferino Correia conferem ao desenho da Barão do Rio Branco permaneçam sem grande alteridade, é evidente como o crescimento dos anos 70 altera a morfologia das construções no entorno da praça, e

consequentemente, confere e molda nela o amplo estacionamento que existe atualmente.

Figura 12 - Evolução da antiga Rua Grande vista pela Praça Barão do Rio Branco, respectivamente 1930, 1970 e 2023.



Fonte: PMVC, 2023.

Por fim, é a Praça Caixeiros Viajantes que consolida o traçado da antiga Rua Grande. Na ausência de fontes documentais históricas suficientes, a hipótese que se levanta é a de que a praça de pequeno porte surge espontaneamente por um alargamento da rua, ou mesmo intencionalmente contornando a primeira Igreja Batista da cidade, conforme pode ser visto na Figura 13. Localizada entre uma instituição bancária e uma igreja, a Caixeiros Viajantes não obstante também não oferece aparato o suficiente para suscitar a permanência dos habitantes.

Figuras 13 - Praça Caixeiros Viajantes e a primeira Igreja Batista da cidade.

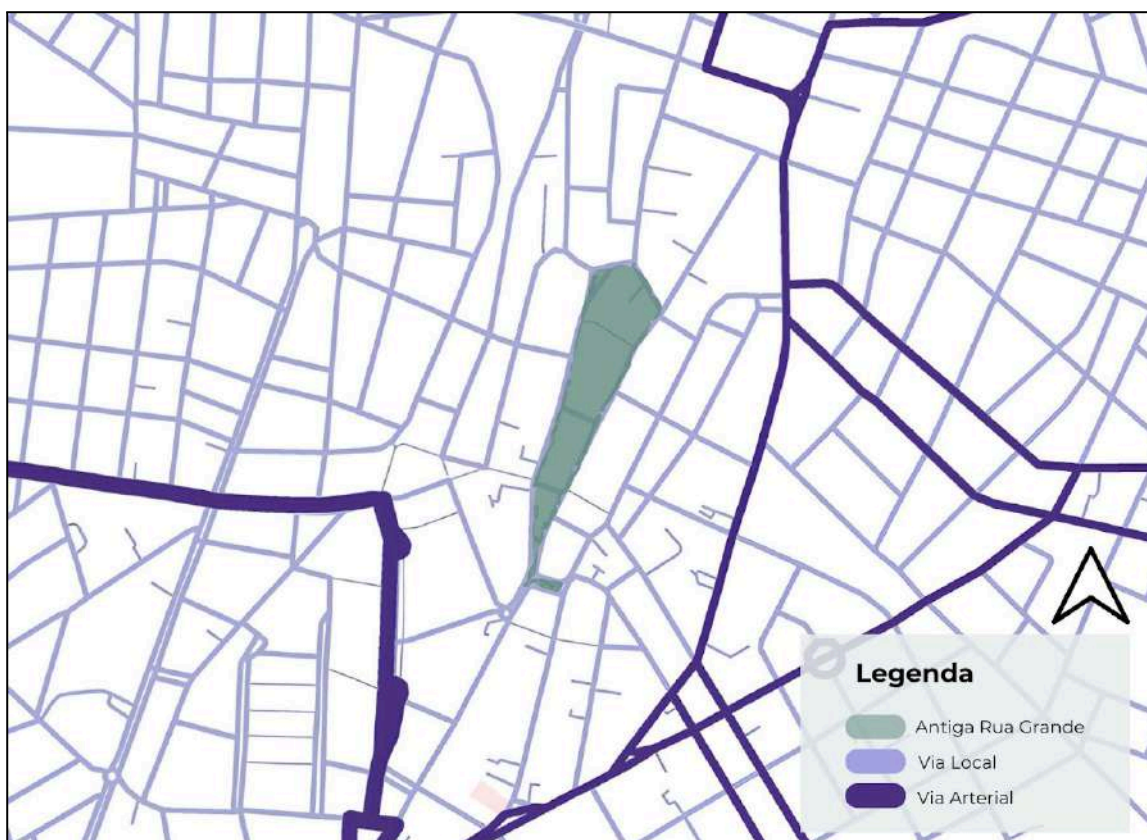


Fonte: Acervo da autora, 2025.

Diante dos fatos históricos apresentados, compreende-se como o traçado urbano de Vitória da Conquista foi transformado e desenvolvido em torno do seu ponto central. Verifica-se como a repartição desta poligonal repercutiu significativamente nas estruturas espaciais, extrapolando para além de simples modificações da forma física.

Com uma malha primitiva radiocêntrica em torno da antiga Rua Grande, é possível notar no padrão de desenho características que revelam traços de períodos consolidados no espaço. As vias locais dispostas no eixo do núcleo antigo, apesar de seguirem a lógica ortogonal do urbanismo europeu, se apresentam bastante irregulares, demonstrando a falta de planejamento do princípio. No entanto, nas áreas expandidas nota-se as vias se tornarem cada vez mais retilíneas, como pode ser visto na Figura 14.

Figura 14 - Mapa esquemático do sistema viário de Vitória da Conquista.



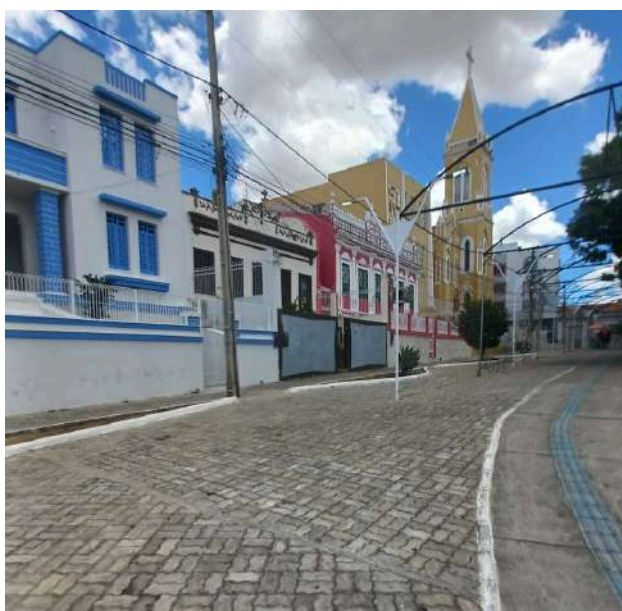
Fonte: Google Maps adaptado pela autora, 2025.

Os primeiros quarteirões se apresentam em formas retangulares alongadas e voltadas para a Rua Grande, já alguns loteamentos visualizados no perímetro

remontam aos esquemas coloniais, e têm como atributo mais nítido, a ausência dos recuos laterais. Segundo Reis Filho (1976), inicialmente é o edifício que cumpre a função de limitar as ruas, já que na ideia de via pública da época não havia ainda as calçadas e passeios, elemento urbano que surgiu pelo século XIX em cidades de maior importância.

Dentre as transformações mais recentes do traçado urbano, há a construção em 2019 da Alameda Dom Celso José Pinto da Silva (Figura 15), fechando a via que existia em frente a igreja matriz, demonstrando o valor que este local emana para a população. O passeio público integra a praça Tancredo Neves, possui piso intertravado, canteiros, postes de iluminação, rampa de acessibilidade e piso tátil, visando melhorar a mobilidade urbana.

Figura 15 - Vista da Alameda Dom Celso José Pinto da Silva.



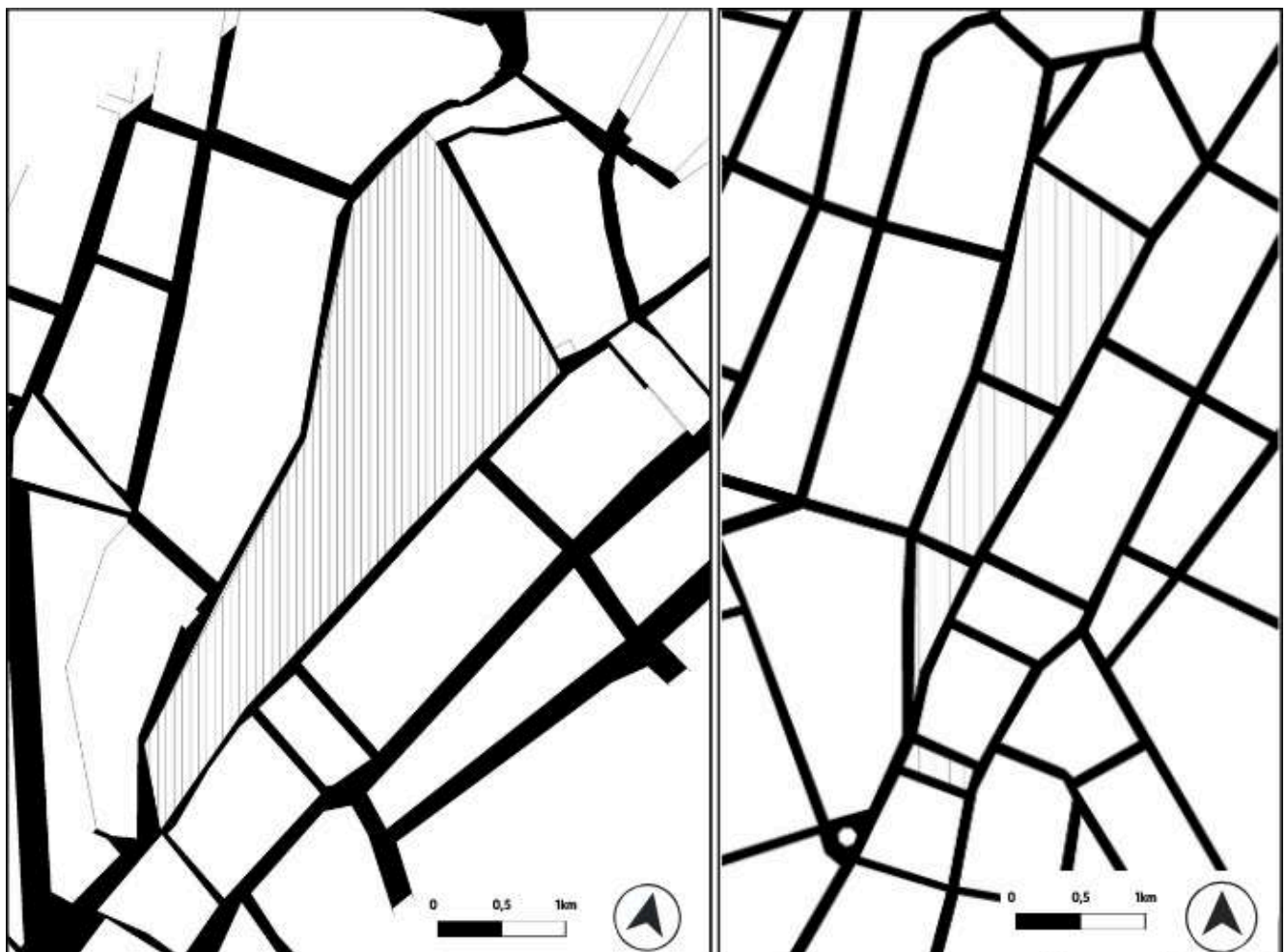
Fonte: Acervo da autora, 2025.

Finalmente, dentro do quadro evolutivo relacionado ao traçado urbano, as praças têm grande ênfase nas transformações do desenho de Vitória da Conquista (Figura 16). Apesar de representarem o mesmo elemento morfológico, observa-se que cada praça possui suas particularidades e ao se relacionarem com os demais componentes que integram a morfologia urbana do núcleo histórico de Conquista, atuam de modo distinto no ambiente. Enquanto a Praça Tancredo Neves, consegue requalificar a estrutura que a Rua Grande representava no auge do seu período,

resgatando a sua memória, sua identidade histórica e mantendo seu legado vivo, as demais praças não alcançam os mesmos resultados.

Esse fato se deve principalmente, pelas localidades que abrigam as praças Barão do Rio Branco e Caixeiros Viajantes estarem mais próximas do centro comercial da cidade, assim, a mutação de tipo e de uso que o entorno dessas praças sofrem, refletem a elas diretamente. Desse modo, é evidente que mesmo seguindo uma ordem hierárquica, os elementos morfológicos urbanos convergem uns aos outros para moldar o ambiente.

Figura 16 - Evolução da antiga Rua Grande, à esquerda esquema feito a partir da cartografia de 1939 e à direita esquema feito a partir do Google Maps 2025.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2025.

4.2. Tipologias arquitetônicas

A edificação arquitetônica é o componente morfológico que está mais sujeito a sofrer alterações descaracterizantes ao longo do tempo, ao contrário do traçado urbano, que se constitui por um processo lento de formação e após consolidado possui um caráter de maior permanência. A arquitetura se transforma dinamicamente de acordo com o contexto histórico, social, econômico, tecnológico e cultural de cada período, desse modo, sua forma reflete e demarca uma camada temporal na paisagem urbana. Rossi (2001) afirma que:

O tipo é, pois constante e se apresenta com características de necessidade; mas mesmo determinadas, elas reagem com a técnica, com as funções, com o estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico. (Rossi, 2001, p.27)

Deste modo, Reis Filho (1976) evidencia que os sinais da evolução podem ser percebidos em primeiro plano do ponto de vista arquitetônico do que urbano. Os tratados de arquitetura de autores clássicos como Vitrúvio, Alberti e Palladio, já discutiam no âmbito da construção os princípios referentes à qualidade da forma, a sua funcionalidade e a sua intenção estética, estes três conceitos permeiam indissociáveis ao ofício arquitetônico, e foram revisitados em outros momentos históricos como no movimento Moderno, onde se aprofundam os questionamentos referentes a uma hierarquização entre a função e a forma.

O fato é que a construção da cidade é também um produto dos posicionamentos e teorias estéticas e culturais dos arquitetos e urbanistas (Lamas, 2004, p.31), assim, as edificações que resistem às transformações urbanas revelam na sua forma estilística, características formais e simbólicas que definem a identidade visual de determinado período. Por outro lado, as tipologias arquitetônicas encontradas na cidade são um espelho das soluções entre forma e função que a época exigia.

Dado o exposto, as cidades podem ser comparadas a um antigo palimpsesto com várias camadas que se sobrepõem, e onde os vestígios do passado entrelaçados aos novos elementos conformam a sua leitura. O encontro do novo com o antigo está presente no núcleo histórico de Vitória da Conquista, que possui

uma riqueza de estilos e tipologias arquitetônicas dividindo espaço na paisagem. No entanto, verifica-se um quadro de transformações frequentes que ameaçam as obras remanescentes marcantes para a vida urbana de outrora.

As transformações não são recentes, desde as mudanças do traçado urbano até a arquitetura propriamente dita, a cidade passou por diversas adaptações. As tipologias mais comuns do período colonial eram a casa térrea e o sobrado, no meio urbano Reis Filho elucida que “habitar um sobrado significava riqueza e habitar casa de “chão batido” caracterizava pobreza” (1976, p.28). As habitações da época seguiam o alinhamento das vias e ultrapassavam os limites laterais, além disso, suas técnicas construtivas eram simplificadas pela ausência de aparatos tecnológicos. A concepção formal se baseava no trabalho escravo para executar os serviços braçais, já que a infraestrutura era limitada em relação ao abastecimento de água e serviços de esgoto. A respeito da arquitetura conquistense, Tanajura (1992) descreve que:

No início, nos ranchos de gado, nas primeiras casas de fazenda, a arquitetura que se formou em Conquista era indígena. O rancho coberto de palha evoluiu para casa de taipa e depois para a de adobe, processo ainda usado na região.

As primeiras edificações foram, pois, as que levantaram nas fazendas de gado, onde os senhores de terra mantinham as famílias servidas por escravos, que foram, depois da assinatura da Lei Áurea, substituídos pelos agregados e trabalhadores livres. (Tanajura, 1992, p.120)

Havia uma certa padronização e monotonia das residências coloniais, tanto pela ausência de vegetação nos espaços públicos e privados, provocando a sensação de concentração; quanto por regras ditadas pelas Cartas Régias definindo dimensionamento, gabarito de altura e alinhamento, a fim de que as cidades brasileiras seguissem o padrão e a aparência lusitana. (Reis Filho, 1976)

Além dos sobrados e casas térreas, outra tipologia frequente neste período eram as chácaras rurais, que eram habitadas permanentemente por famílias mais abastadas (Reis Filho, 1976). Frequentemente térreas, eram residências amplas e construídas com técnicas de taipa, pau-a-pique ou adobe. Esse tipo oferecia mais

vantagens em relação à habitação urbana, especialmente em um período agrícola e com um meio urbano ainda em estado precário. Segundo Tanajura (1992), na fase inicial de Vitória da Conquista, os fazendeiros se dirigiam à vila apenas para tratar de negócios, participar de festas e eventos políticos. O autor destaca que:

Como era natural, devido a nossa formação românica, as melhores casas antes do aparecimento da vila, se localizavam no interior do município. Eram casas espaçosas, às vezes com pavimento nobre e porão, edificada à maneira portuguesa, tendo relativo conforto.

Este tipo de habitação, com algumas modificações, foi transportado, nas primeiras décadas do século XIX para o Arraial que se formou em redor da primeira igreja de Nossa Senhora da Vitória.

(Tanajura, 1992, p.120)

Atualmente, o exemplar mais próximo da arquitetura colonial presente no perímetro da antiga Rua Grande é a Casa de Dona Henriqueta Prates, figura feminina ilustre na história da cidade por sua atuação como conselheira política e por seu acolhimento com os enfermos. A residência datada de 1883 está localizada na Praça Tancredo Neves - nº 114, possui uma forma simples e simétrica, telhado de duas águas, janelas de madeira retangulares e uma tipologia térrea (Figura 17). A casa foi alugada em 1992 pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) que lhe atribuiu o uso de museu regional.

Figura 17 - Museu Regional Casa de Dona Henriqueta Prates de Vitória da Conquista-BA.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

O começo do século XIX perpetua os esquemas de implantação coloniais em relação aos recuos laterais, enquanto no campo urbanístico começam a surgir os primeiros passeios e a multiplicação de ruas asfaltadas. De acordo com Reis Filho (1976) é a presença da Missão Cultural Francesa e da Academia que contribuem para que o estilo neoclássico seja difundido nacionalmente, proporcionando um refinamento das formas coloniais. Essa fase é marcada pelo surgimento do porão alto como uma nova tipologia, as características das residências são o uso da platibanda, frontão triangular, padieira decorada, bandeira e guarda-corpo (Montezuma, 2002). Porém, em relação a solução da planta arquitetônica, Reis Filho (1976, p.38) destaca que “por trás dos detalhes decorativos de tipo neoclássico, esconde-se a solidez e rigidez das construções de tipo colonial”, visto que ainda imperava o trabalho servil escravo dentro das residências.

Na metade do século XIX, a modernização dos meios de transporte, a presença das instalações hidráulicas, a imigração europeia para o território nacional, a supressão do tráfico escravo e a ascensão do trabalho remunerado, foram fatores que transformaram profundamente o espaço urbano (Reis Filho, 1976). As cidades começaram a desenvolver sua infraestrutura urbana básica, o que auxiliou no desaparecimento da uniformidade colonial e o surgimento de novas implantações, tipologias e filiações estéticas na paisagem.

Surgem os recuos laterais, afastamento das vias públicas e a introdução do paisagismo nas residências por meio dos jardins laterais e posteriormente frontais em velhos sobrados. Já as habitações rurais ganham cada vez mais características urbanas, com o tamanho de seus lotes reduzidos. Deste modo, a paisagem urbana é enriquecida com um novo estilo conduzido com o apoio das massas imigradas, assim emerge o ecletismo em território nacional, conforme Reis Filho relata:

Foi sob a inspiração do ecletismo e com o apoio dos hábitos diferenciados das massas imigradas, que apareceram as primeiras residências urbanas com nova implantação, rompendo com as tradições e exigindo modificações nos tipos de lotes e construções. As formas de uso já não estavam mais tão largamente apoiadas no sistema servil. A presença de instalações hidráulicas, ainda que primárias, tornava desnecessária uma parcela dos serviços braçais, até então indispensável. (Reis Filho, 1976, p.44)

No Brasil, o ecletismo consistia em um estilo que possibilitaria ao arquitetos incorporarem elementos decorativos e estruturais provenientes de outros estilos, logo a arquitetura eclética englobava elementos do neoclássico, do gótico, do renascentismo e do barroco (Montezuma, 2002). De acordo com Patetta (1987), o ecletismo pode ser dividido em três principais correntes: a primeira é a composição estilística, caracterizada pela reprodução de elementos de estilos do passado, como o neocolonial, o neoclássico e o neogótico; a segunda é o historicismo tipológico, que prioriza a escolha de estilos com base em analogias pré-existentes, definindo a estética conforme a função do edifício; e por fim, os pastiches compositivos, que proporcionavam maior liberdade criativa, possibilitando combinações inusitadas que, do ponto de vista histórico, seriam pouco prováveis.

Em Vitória da Conquista, a maior parte das edificações remanescentes do passado remontam ao período de construção entre o final do século XIX e começo do século XX, deste modo visualiza-se na paisagem do seu núcleo histórico uma gama de exemplares que contemplam características do ecletismo e suas variações, até os estilos posteriores frutos de modernizações no espaço.

A Casa de Dona Zaza (Figura 18), localizada na Praça Barão do Rio Branco - nº 86 é um exemplar do ecletismo em Conquista, mesclando atributos neoclássicos possui ornamentos em relevo no seu frontão, vãos em arco batido e elementos decorativos simétricos em ladrilhos cerâmicos. A construção é datada de 1889, e pertenceu a José Fernandes de Oliveira, o famoso Coronel Gugé e a sua esposa Dona Joana Angélica dos Santos Oliveira.

O Coronel Gugé foi uma figura política influente e um rico pecuarista, descendente do fundador da cidade, o Coronel João Gonçalves da Costa. A residência foi construída pelo mestre de obras Luiz Alexandrino de Melo, popularmente conhecido como Luiz Pedreiro, autor de outras obras antigas da cidade. O imóvel foi herdado pela filha do casal, D. Jeny de Oliveira Rosa, que também exerceu o cargo de conselheira e política por 50 anos. O título “Dona Zaza” é uma referência ao apelido de D. Jeny e a casa foi reconhecida e tombada pelo Estado da Bahia em 2005 pelo IPAC, onde consta no Livro do Tombamento dos Bens Imóveis sob decreto nº 9.745/2005.

Figura 18 - Casa de Dona Zaza, tombada pelo IPAC em 2005.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Outra edificação análoga é o casarão que hoje abriga a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (Figura 19). Localizada na Praça Joaquim Correia - nº 55 foi construída em 1921 e funcionou inicialmente como Quartel da Polícia Militar e presídio público da cidade. Somente durante o mandato do prefeito Gerson Sales em 1962, a edificação foi adquirida para servir como sede da prefeitura (PMVC, 2020).

Figura 19 - Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, antigo Quartel.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

O sobrado (Figura 20) que pertenceu ao comerciante Manoel Fernandes dos Santos Silva, conhecido como Coronel Maneca Santos, localiza-se na Rua Zeferino Correia - nº 19 e foi construído em 1910 por Luiz Pedreiro. Transformado em Memorial Manoel Fernandes de Oliveira em abril de 2019 (Sena, 2023) o edifício já funcionou como residência, hotel, Fórum e Justiça do Trabalho e em 1960 foi adquirido pelo município para servir como Câmara de Vereadores. Segundo Sena (2023, p.88) na reforma pela qual a edificação passou “foi demolida a cozinha, que ficava ao fundo, houve mudança do piso inferior e foi construída uma nova escada no lugar da originalmente helicoidal”.

A edificação apresenta tipologia de sobrado eclético com porão alto, com uma forte influência do neoclassicismo. Com as sacadas em formato de púlpito, ornadas com gradis de ferro, platibanda balaustrada e as esquadrias em arco pleno, a fachada apresenta uma riqueza estética ao monumento conquistense.

Figura 20 - Sobrado Maneca Santos.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Na Rua Zeferino Correia - nº 101 encontra-se outra tipologia de sobrado com porão alto (Figura 21), dessa vez apresentando sinais de degradação como o deslocamento da pintura parietal da fachada. Dentre os atributos da edificação de dois pavimentos, observa-se a varanda e a sacada balaustradas, a platibanda com referências do barroco mineiro e ornamentação desenhada em relevo, biforas com

coluna torsa no meio e vergas em arco pleno (Weinstein, 2018). Na implantação nota-se a presença de um recuo lateral na entrada por porta em gradis de ferro.

O sobrado em questão pertenceu a Dona Olívia Flores em 1940, personagem feminina que hoje nomeia uma das avenidas mais importantes de Vitória da Conquista. De pequena produtora rural até uma pecuarista renomada na região, Olívia Flores teve uma participação ativa na vida política da cidade, desde levar café da manhã para os presidiários pelos domingos, até organizar junto a um coletivo de pessoas o “Clube do Tricô” para discutir secretamente assuntos políticos durante o período de repressão militar, em 1964. No entanto, apesar do histórico da antiga moradora, a edificação não obteve o mesmo sucesso de ser preservada e creditada tal qual o próprio nome “Olívia Flores”.

Figura 21 - Sobrado na Rua Zeferino Correia, nº 101.

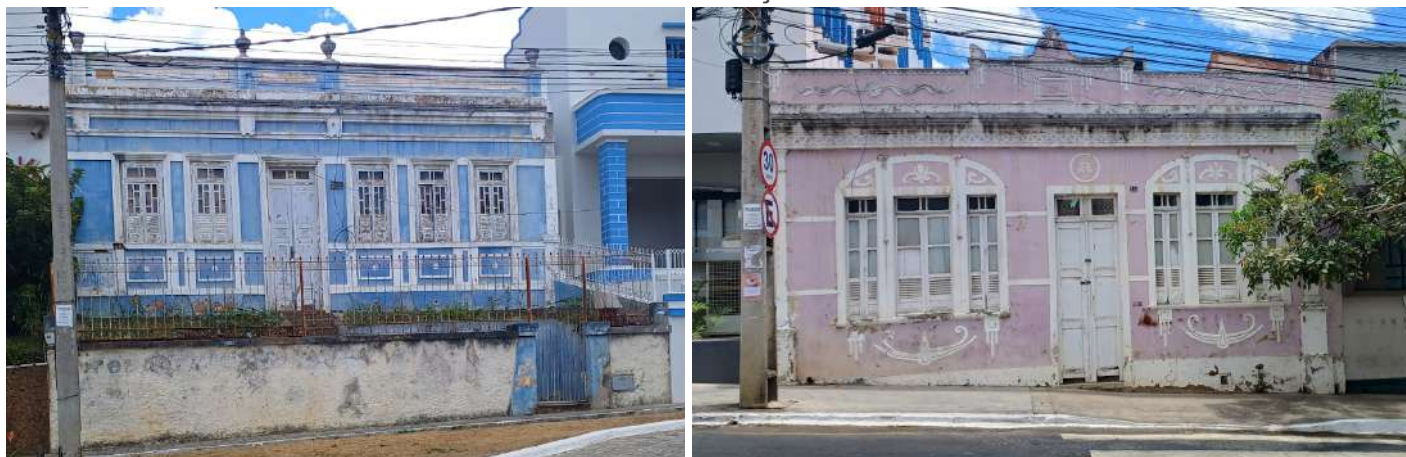


Fonte: Acervo da autora, 2025.

Dentre as residências urbanas unifamiliares térreas de estilo eclético encontram-se ainda alguns modelos resistentes nas proximidades da Praça Tancredo Neves (Figura 23), embora seja fato desconhecido o histórico e autores por trás das construções. Uma delas é a residência nº 220, que apresenta influência neoclássica em sua composição geométrica, além de um jardim frontal e gradil na entrada. A outra é a residência nº 135 com elementos ornamentais em relevo mais sinuosos e fachada sob a via pública. Ambas residências apresentam certo grau de

desgaste pelo tempo, sendo possível observar patologias relacionadas às pinturas parietais e presença de crosta negra em suas fachadas.

Figura 23 - À esquerda , residência localizada na Alameda Dom Celso José Pinto da Silva - nº 220 e à direita a residência na Pç. Tancredo Neves - nº 135.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Por outro lado, o casarão que abriga a atual Casa Memorial Governador Régis Pacheco (Figura 24) localizado na Alameda Dom Celso José Pinto da Silva - nº 191, foi edificado pela segunda década do século XX, por ordem do Coronel João Fernandes de Oliveira Santos, o qual deixou gravado suas iniciais “JFOS” no cume da platibanda da residência. Em 1921, o imóvel foi herdado por sua filha Enerina, como presente pelo seu casamento com o médico Luiz Régis Pereira Pacheco. Este último foi responsável por instalar seu consultório no casarão, onde atendia a comunidade local sem cobrar honorários. Além disso, o casal se tornou popular pela cidade por conta da receptividade que apresentavam em festas e eventos sociais que promoviam em sua residência. Régis Pacheco viria a se tornar uma ilustre figura na política, exercendo mandatos como prefeito de Vitória da Conquista, deputado e governador do Estado da Bahia. Enquanto isso, no imaginário da população a associação afetiva da edificação como “Casa de Dr. Régis”, permaneceu mesmo após o casal se mudar da cidade.

Na década de 50 a casa foi alugada por Egídio Almeida, responsável por construir um anexo aos fundos. Na década de 60, a casa pertenceu ao casal Dr. Raimundo Oldegar e a musicista Nair. Na década de 70, o Dr. Franco Gomes Cardoso comprou o imóvel. Já na década de 80, a casa foi alugada pela Prefeitura Municipal para servir como Conservatório Musical da cidade. Por fim, após um

tempo sem utilização, através do Ministério da Cultura o casarão foi adquirido pela Prefeitura Municipal em 2004, restaurado e reaberto em 2007 para servir como equipamento cultural para Conquista, passando a abrigar a Casa Memorial Governador Régis Pacheco.

Devido sua importância para a memória dos conquistenses, a residência foi tombada na gestão do prefeito José Fernandes Pedral Sampaio por meio do Decreto Municipal 8.596, de 1993. Em relação a arquitetura, a edificação é mais uma obra do acervo do mestre popular Luiz Pedreiro, apresenta na fachada ornamentações de filiação eclética com influências do neoclássico, esquadrias envidraçadas, com arco abatido e com colunas com capitéis coríntios entre cada abertura. Já na implantação possui recuo em relação a via e gradil na porta de entrada.

Já o casarão da antiga Biblioteca José de Sá Nunes (Figura 24) foi construído no ano de 1924, para servir como residência de Antônia Fernandes dos Santos Silva, a qual também inscreveu suas iniciais “AFSS” no frontão da propriedade. Neta do Cel. Paulino Fernandes de Oliveira, Antônia Fernandes era filha do Intendente Municipal de Conquista entre 1904 a 1906, o Sr. Estevão José dos Santos Silva e sua esposa Vitória Fernandes de Oliveira. Dona Totônia, como era conhecida, além de fazendeira foi “uma das fundadoras da Companhia Rodoviária Conquistense em 1926, que construiu a estrada de rodagem Conquista – Jequié em 1927.” (Rocha, 2019)

O casarão apresenta uma tipologia de habitação térrea com porão alto e a sua implantação apresenta a porta de entrada voltada para a via pública. A técnica construtiva é de paredes autoportantes de adobe, e a estética visualizada é eclética, também influência neoclássica tardia, observa-se na sua composição elementos como o frontão ornamentado, balaustrada na platibanda e os vitrais coloridos. A residência foi comprada pela Prefeitura Municipal em 1978, que foi responsável por lhe atribuir desde 2002, o programa municipal Vivendo a Terceira Idade (Rocha, 2019). O uso da edificação é diverso, já abrigou a Biblioteca José de Sá Nunes, a Casa das Artes e chegou a funcionar recentemente como Centro de Convivência da 3ª Idade. Apesar do seu histórico, nenhuma medida de tombamento foi adotada como proteção legal para a edificação localizada na Rua Zeferino Correia.

Figura 24 - À esquerda, a Casa Memorial Régis Pacheco e à direita, antiga Biblioteca José de Sá Nunes.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Ainda do entorno da Praça Tancredo Neves, sobrevivem em bom estado de conservação algumas tipologias de residências provenientes do século XX (Figura 25). A residência - nº 85 é térrea com recuo unilateral, onde se identifica sua porta de entrada em gradil de ferro rebaixado. Sua fachada eclética revela elementos que a classificam como um pastiche compositivo. Vizinha a esta, situada na esquina sob o nº 75 encontra-se a propriedade que pertenceu a Jeremias Gusmão Cunha e a Eunice Gusmão Cunha, atualmente herdada pelos oito filhos do casal. A edificação datada de 1950 foi arquitetada pela própria Eunice (Costa, 2016) e demonstra em sua forma um estilo neocolonial hispânico conhecido como “missões”, possui paredes claras, jardim à frente da casa, esquadrias com arco pleno nas vergas, ornamentação rebuscada e um formato sinuoso que a destaca na paisagem.

Figura 25 - Praça Tancredo Neves, à esquerda a residência - nº 85; e à direita residência - nº 75.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Na Alameda Dom Celso José Pinto da Silva, onde se encontra a Catedral Metropolitana e a Casa Memorial Régis Pacheco, situa-se também dois sobrados com estilos distintos (Figura 26). A primeira inscrita com o nº 229 foi construída sob um platô elevado (Weinstein, 2018), possui jardim frontal e uma escadaria sinuosa na entrada principal. A residência que já passou por modificações, apresenta características modernas com seu traço reto e limpo.

A segunda residência sob o nº 209, constitui uma geometria típica do estilo arquitetônico art déco. Composto por traços retos, uma forma geométrica limpa, ornamentação simples e uma simetria bastante precisa.

Figura 26 - Alameda Dom Celso José Pinto da Silva, à esquerda residência nº 229; e à direita residência nº 209.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Por fim, situado na Praça Barão do Rio Branco - nº 42, o sobrado de dois pavimentos com estilo art déco era conhecido pelo título de “Casal Julião” (PMVC, 2017) por volta da década de 30 abrigou no andar superior o Grêmio Castro Alves e no auditório do térreo o conhecido Cine Ritz (Figura 27), que foi um dos famosos cinemas de rua que fizeram parte da história e vida cultural de Conquista. Em 1952, o prédio inaugurou a Rádio Clube que também representou um importante veículo de comunicação para a cidade.

Visto a importância e a referência histórica-cultural que o prédio significava, a gestão do prefeito Guilherme Menezes sob proposição do Conselho de Cultura tombou a edificação, por meio do Decreto 9.770, de 10 de março de 2000 (Sena,

2023). Compondo assim, a segunda edificação a ser tombada pelo nível municipal, juntamente com a Casa Memorial Régis Pacheco.

Atualmente, a edificação do antigo Grêmio Castro Alves, Cine Ritz e Rádio Clube da uso a um escritório privado de advocacia, conforme pode ser visualizado na Figura 27:

Figura 27 - À esquerda antigo Cine Ritz, e à direita a atual escritório de advocacia Martins & Rocha.



Fontes: Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s. Disponível em: <<https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/>>. Acesso em: 13 de fev. de 2025 / Acervo da autora, 2025.

Dado o exposto, evidencia-se que o centro urbano conquistense ainda conserva na sua paisagem uma variedade de tipologias e estilos arquitetônicos que narram a sua história. Além do mais, grande parte desses exemplares residenciais se concentram no entorno da praça Tancredo Neves, revelando o quanto esse elemento morfológico representava prestígio para os habitantes da época.

Os monumentos vivos são determinantes na leitura e interpretação do espaço, pois se configuram como elementos singulares que ao permanecerem e resistirem às transformações, se tornam símbolos históricos. Tanto a presença quanto a ausência desses marcos no espaço, suscita a reflexão a respeito do seu valor cultural e identitário para a população. Lamas complementa que:

O estudo dos monumentos permite também questionar as teorias funcionalistas sobre a cidade. A existência do monumento situa-se muito para lá do desempenho de uma função e assume significados culturais, históricos e estéticos bem precisos, mesmo quando a sua função primitiva já não existe. (Lamas, 2004, p.104)

O século XX representa um período decisivo para as cidades, pois com o crescimento exacerbado do meio urbano há uma demanda de modernização para atender às exigências sociais e econômicas do momento. Esse processo, desmonta as estruturas pré existentes para conceber novas formas de habitar e viver. Assim, se torna comum que no plano arquitetônico substituições sejam feitas sem considerar a relevância cultural de determinadas obras.

Vitória da Conquista testemunhou na década de 30, a demolição da sua primeira capela, símbolo da sua formação territorial, para ser erguida em seu lugar a nova Catedral Metropolitana de Nossa Senhora das Vitórias sob os novos moldes neogóticos (Figura 28). A reconstrução da igreja matriz e a alteração do estilo, pode ser interpretada como a tentativa de ampliar e criar uma edificação imponente e refinada à época, para a cidade que crescia exponencialmente.

Figura 28 - Construção da Catedral Metropolitana de Nossa Senhora das Vitórias, década de 30 a 40.



Fonte: PMVC, 2023.

O Sobrado Coronel Paulino Fernandes de Oliveira, construído entre 1890 a 1906, também foi vítima das demolições recorrentes na cidade. De estilo neoclássico, com frontão triangular e ostentando colunas com capitéis jônicos na sua fachada, o velho sobrado já abrigou o Hotel Conquista. O cronista e historiador conquistense Mozart Tanajura declara que:

Os mais velhos habitantes de Conquista ainda lamentam a demolição do sobrado do Cel. Paulino Fernandes, palco da guerra entre Meletes e Peduros no ano de 1919. Era um dos mais belos e antigos edifícios de Conquista. (Tanajura, 1992, p.122)

A edificação foi demolida no ano de 1973, e em 1978 a sede do atual Banco do Brasil (Figura 29) foi construída em seu lugar, com uma arquitetura tipicamente moderna.

Figura 29 - À esquerda antigo Sobrado Paulino Fernandes, e à direita a atual sede do Banco do Brasil em estilo moderno.



Fontes: Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s. Disponível em: <<https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/>>. Acesso em: 13 de fev. de 2025 / Acervo da autora, 2025.

Outra demolição marcante de estilos mais recentes na cidade ocorreu com o antigo Cine Riviera (Figura 30), que já foi nomeado Cine Teatro Conquista e Cine Lux anteriormente, e se localizava na Praça Barão do Rio Branco. O local foi vendido ao Banco Econômico para construir uma nova agência, em 1984. Consequentemente, o cinema que fez parte da memória e juventude de muitos conquistenses se extinguiu por completo. Posteriormente, o local funcionou com

uma sede da loja Insinuante e atualmente é sede da loja de departamento Americanas, firmando o uso comercial que o centro da cidade expandiu até a praça.

Figura 30 - À esquerda antigo Cine Riviera, e à direita a atual sede da loja Americanas.



Fontes: Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s. Disponível em: <<https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/>>. Acesso em: 13 de fev. de 2025 / Acervo da autora, 2025.

A praça Barão do Rio Branco também assistiu a extinção do antigo edifício Lindoya (Figura 31) no ano de 1987, sob a segunda administração do prefeito José Fernandes Pedral Sampaio.

Figura 31 - Edifício Lindoya, demolido em 1987.

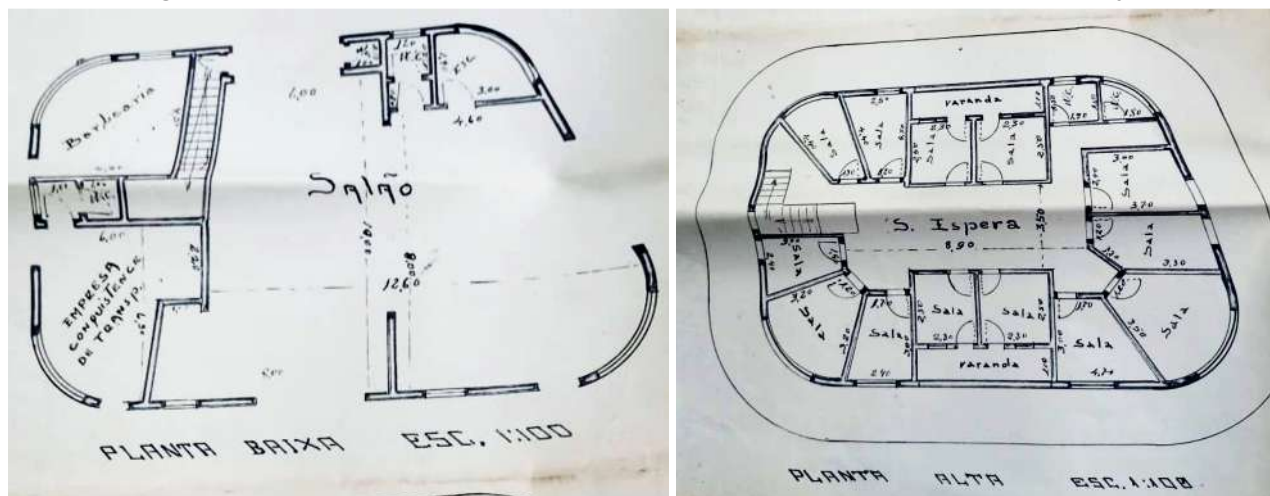


Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2025.

A construção datada de 1950, localizava-se no centro da praça e apresentava uma estética art déco com inspiração náutica, conforme pode ser visualizado na planta baixa (Figura 32) o formato curvo da alvenaria. No salão do térreo alojava-se bar, lanchonete e sorveteria, e no piso superior consultórios odontológicos, médicos

e escritórios de advocacia fizeram parte do histórico de uso da edificação que é relembrada pela população mais velha de Conquista.

Figura 32 - Planta baixa do térreo e do pavimento superior do edifício Lindoya.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2025.

Segundo Lamas (2004, p.86) “a tipologia edificada determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada, numa relação dialéctica”, posto isso, as intervenções ocorridas no plano urbano refletem na arquitetura e vice-versa. O quadro de demolições e descaracterizações podem ser notados com maior frequência na Praça Barão do Rio Branco, quando as construções voltadas para cultura são destruídas para alojar comércios e instituições bancárias. No plano urbano essa ação se reflete com o fato da praça ter se tornado um amplo estacionamento e um lugar de transitoriedade.

A substituição de construções que são símbolo da memória e da identidade cultural da cidade, por infraestruturas voltadas ao consumo e à mobilidade rodoviária, acarretam em um rompimento da continuidade histórica da paisagem urbana e contribuem para que ocorra uma homogeneização e perda de singularidades essenciais ao caráter local.

O quadro de demolições no município perpetua até os dias atuais, onde verifica-se uma ameaça iminente de apagamento dos vestígios históricos edificados na antiga Rua Grande. Apesar do município possuir regulamentação para proteção do patrimônio por meio da Lei nº 707/93, apenas dois tombamentos foram realizados utilizando este artifício, enquanto as demais construções sem apoio de uma proteção

legal padecem ao destino de se tornarem futuros estacionamentos. Assim, como visualizado na demolição mais recente ocorrida na Rua Zeferino Correia (Figura 33), revelando o estado de vulnerabilidade que o entorno da Praça Tancredo Neves está sujeito.

Figuras 33 - Demolição de imóvel histórico na Rua Zeferino Correia, em frente a Praça Tancredo Neves.



Fontes: PMVC, 2024 / Acervo da autora, 2025.

Outro cenário recorrente na cidade é o abandono e a degradação de edificações históricas, que ao ficarem sem uso e ocupação, acabam se tornando alvo da especulação imobiliária (Figura 34). Nesse processo, muitas dessas construções são completamente descaracterizadas, perdendo suas feições originais e a identidade arquitetônica que representavam em outro momento, até findarem na premeditada demolição.

Figura 34 - Imóvel na Praça Tancredo Neves, nº 206, completamente descaracterizado.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Assim como Tanajura (1992) observa:

Há uma negligência dos conquistenses no que diz respeito ao Patrimônio Histórico e Artístico do Município. Não se pode mesmo compreender uma cidade do porte de Conquista sem a preservação de sua memória histórica. (Tanajura, 1992, p. 118)

Em resumo, o apagamento dos monumentos históricos compromete a leitura da paisagem urbana, pois a ausência de seus elementos simbólicos e marcos espaciais enfraquece as referências físicas, sociais, culturais e identitárias dos habitantes com relação à cidade. A memória que estas obras evocam são essenciais para manter a conexão da população com o território. Lamas (2004) elucida que:

As formas não têm apenas a ver com concepções estéticas, ideológicas, culturais ou arquitetônicas, mas encontram-se indissociavelmente ligadas a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço, e à vida comunitária dos cidadãos. (Lamas, 2004, p.28)

Dessa forma, a análise morfológica da tipologia arquitetônica revela que os monumentos históricos não são apenas elementos físicos na paisagem urbana, mas agentes que estruturam a relação entre o espaço e a sociedade. A preservação dessas edificações vai além da conservação estética, pois está diretamente ligada à manutenção da memória coletiva e ao modo como os indivíduos se apropriam do território em que habitam. Logo, compreender as transformações urbanas sob essa perspectiva permite refletir sobre a importância da salvaguarda do patrimônio arquitetônico como um fator essencial para a identidade local e para a continuidade da narrativa histórica da cidade.

4.3. Dinâmicas de uso e ocupação

Dado o panorama evolutivo da conformação do plano urbano e das tipologias arquitetônicas persistentes no espaço da antiga Rua Grande de Vitória da Conquista-BA, o tipo de uso do solo desempenha um papel essencial para a leitura dos aspectos de organização funcional da cidade. No campo da morfologia urbana, este componente está suscetível a se adaptar de acordo com as transformações do meio em que está inserido, assim como Conzen (1969) dita:

O padrão de uso do solo é o elemento complexo mais variável, respondendo com relativa rapidez a novos impulsos, como a construção de uma nova estrada principal, uma ponte ou uma estação ferroviária, tendendo assim a apagar, pelo menos em parte, o uso do solo de períodos anteriores. (Conzen, 1969, p.6)

Dessa forma, as dinâmicas de uso e ocupação do solo interferem diretamente no modo como os habitantes se apropriam dos espaços públicos e privados, visto que a distribuição de funções modifica todo o cotidiano urbano, redefinindo os fluxos de mobilidade e a percepção do ambiente pelos moradores e transeuntes. Assim, as alterações nas atividades das edificações têm poder tanto para inibir quanto de propiciar a valorização de determinada área.

Lamas (2004) ressalta como os centros das cidades retratam bem a fragilidade evidente do funcionalismo, onde em seu processo evolutivo passam de “lugares de defesa e de poder a lugares de comércio, serviços e trocas culturais” (p.54). A transição funcional do solo é também uma resposta rápida às demandas do novo contexto social e urbano, e por vezes resulta no apagamento e descaracterização de áreas tradicionais.

De acordo com Conzen (1969, p.6), a alteração de função não necessariamente resulta na substituição de edificações antigas, no entanto em cidades de maior porte, essas mutações ocorrem em larga escala como fruto da pressão socioeconômica, que impulsiona novas formas de representar o desenvolvimento. O autor ainda destaca que mesmo que haja o surgimento de uma nova arquitetura no centro das cidades, a planta dessas ainda corresponde às respectivas parcelas e implantações centenárias que resistem no espaço.

Nesse contexto, Vitória da Conquista como uma cidade de médio porte e importante pólo regional para os municípios interioranos próximos, testemunha transformações significativas em seu tecido urbano. O traçado das ruas, as tipologias arquitetônicas e a organização funcional da área central, refletem sobretudo as dinâmicas socioeconômicas que perpassaram pela urbe. No mapeamento atual que ilustra o uso e a ocupação da antiga Rua Grande (Figura 35), é notório a predominância de funções comerciais e institucionais no perímetro.

Figura 35 - Mapa de uso e ocupação do entorno imediato da antiga Rua Grande.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025

O padrão visualizado evidencia a supressão do uso residencial, que marcava o primórdio da ocupação citadina. Paralelamente a esse quadro, verifica-se um aumento considerável de lotes subutilizados, cuja maior parte destina-se a estacionamentos para atender a demanda do fluxo veicular que o grande centro comercial exige.

A monofuncionalidade associada a padronização das estruturas prediais, resulta na degradação das relações espaciais, e como principal efeito sucede o esvaziamento dos antigos centros e o aumento da sensação de insegurança noturna. Lamas (2004) em sua obra critica veemente a rigidez da setorização proposta pelo urbanismo moderno, pois acredita que é através da multifuncionalidade que uma região pode ser revitalizada e novamente valorizada.

Além das fragilidades que a troca da ocupação residencial pela comercial gera na esfera do planejamento urbanístico, essas dinâmicas de uso reverberam idem sob o patrimônio arquitetônico de interesse histórico e cultural. Dispostos em uma área onde determinada atividade ocupa massivamente o território, o patrimônio edificado tende a perder o seu valor e deteriorar-se rapidamente se não houver políticas efetivas que sustentem sua permanência no espaço.

De acordo com Rossi (2001, p.31) “a função de uma cidade torna-se sua razão de ser, e é sob essa forma que ela se revela”. Porém, o autor também tece uma crítica ferrenha ao que denomina de funcionalismo ingênuo, uma abordagem que correlaciona a função e a forma, associando a estrutura urbana a uma fisiologia orgânica, onde cada elemento desempenha um papel específico e fixo. Para Rossi, embora a função seja um critério legítimo para a classificação das formas urbanas e arquitetônicas, ela não deve ser vista como um fator determinante absoluto, pois as construções acumulam significados ao longo do tempo e não podem ser reduzidas a uma mera organização funcional. Lamas (2004) complementa este pensamento, citando que:

No seu conjunto, a cidade e a arquitetura apresentam uma diversidade de significações e de espaços que traduzem outros critérios, mais do que uma simples organização funcional. (Lamas, 2004, p.53)

Em suma, as dinâmicas de uso e ocupação do solo servem essencialmente para promover uma leitura quantitativa de como as funções estão distribuídas no território, e como os equipamentos ofertados dialogam com a apropriação e interação com os habitantes. No entanto, a morfologia urbana não se limita a este único aspecto, que embora seja útil na compreensão da formação espacial, não abarca o grau de complexidade que as formas residentes na cidade possuem. Rossi (2001) elucida que:

Um fato urbano determinado apenas por uma função não é fruível além do desempenho dessa função. Na realidade, continuamos a fruir elementos cuja função foi perdida faz tempo; o valor desses fatos reside, pois, unicamente na sua forma. Sua forma participa intimamente da forma geral da cidade, é por assim dizer uma invariante; com frequência, esses fatos são estreitamente ligados aos elementos constitutivos, aos fundamentos da cidade, e se encontram nos monumentos. (Rossi, 2001, p.57)

A permanência de monumentos históricos no contexto urbano, justifica as críticas tecidas por Rossi a respeito da funcionalidade restrita sobre o entendimento da forma. Os monumentos são elementos fundamentais para a continuidade histórica do espaço, visto que estas edificações se constituem como marcos simbólicos e seu valor ultrapassa o uso original, sendo assim flexíveis a abrigar novas demandas de funções para atender o momento da cidade.

Sob essa perspectiva, a homogeneização funcional presente na antiga Rua Grande é um fator negativo que impacta no dinamismo da área e a torna cada vez mais monótona. Por outro viés, a refuncionalização do patrimônio remanescente na região é uma potencialidade capaz de revitalizar a vida urbana e preservar a identidade cultural do povo conquistense. Desse modo, o desafio contemporâneo de aliar o planejamento urbano e a salvaguarda dos monumentos históricos é indubitável para conservação da morfologia urbana e sua vitalidade.



5.O PATRIMÔNIO CONQUISTENSE

5. O PATRIMÔNIO CONQUISTENSE

Exposto os processos de formação do núcleo histórico urbano de Vitória da Conquista, este capítulo destina-se a sintetizar a análise morfológica da antiga Rua Grande e identificar o patrimônio material conquistense por meio de fichas de inventário. Esta ferramenta permite documentar as transformações urbanas ocorridas e registrar as remanescentes construções que conseguiram resistir às ações do tempo.

A primeira seção busca mapear os bens imóveis com base nas suas características formais, estéticas e históricas, vistas pelo ano de construção, a sua relevância social e arquitetônica para a memória da cidade. A escolha se fundamenta também em documentos municipais que demonstram interesse na conservação dessas obras e às identificam em zona de interesse histórico e cultural. Já a última seção tem por intuito apresentar as fichas técnicas de inventário das transformações da antiga Rua Grande, esquematizando os períodos morfológicos e as transformações ocorridas no tecido urbano, além das fichas documentais individuais das tipologias arquitetônicas selecionadas.

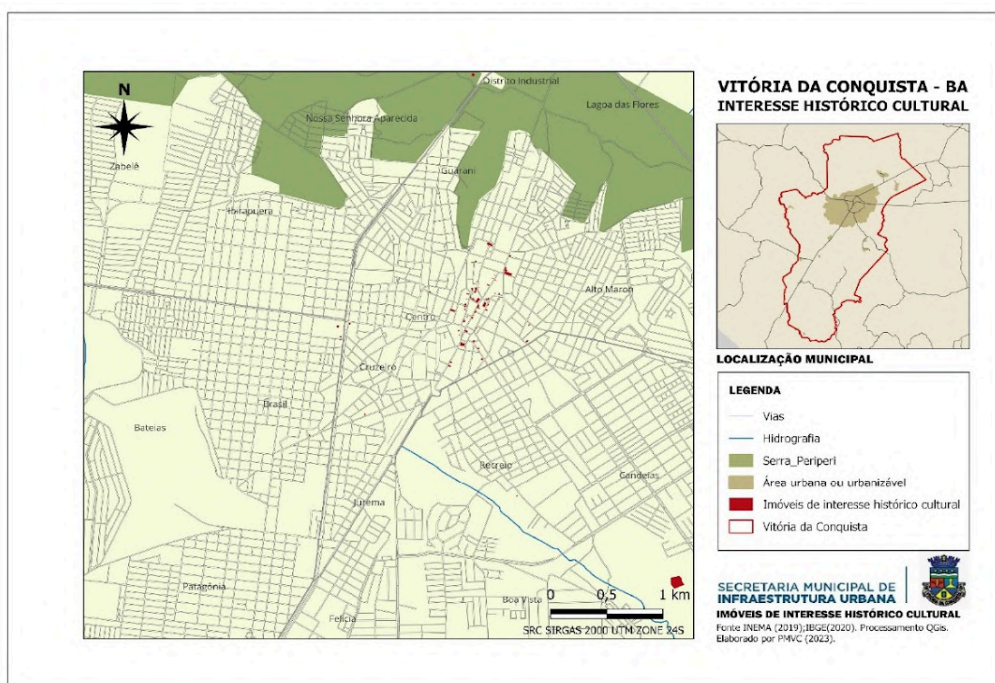
5.1. Mapeamento e identificação dos bens imóveis históricos

A identificação dos bens imóveis de interesse patrimonial foi baseada nos atributos formais, estéticos e tipológicos, além do valor histórico que as obras apresentam, como exemplares marcantes de outras épocas que permaneceram no espaço urbano da antiga Rua Grande. Os monumentos selecionados são representantes da identidade cultural de Vitória da Conquista, sendo testemunhos materiais do seu passado, desse modo, são peças fundamentais para manter viva a continuidade da memória narrativa da cidade e fortalecer os laços de pertencimento das gerações presentes e futuras.

Ademais, a escolha também foi respaldada por documentos oficiais publicados pelo município, como o recente Projeto de Lei Complementar nº 24 de 11 de outubro de 2023, que revisa o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Vitória da Conquista (PDDU/VCA) criado pelo decreto nº 1.385/2006. O ofício

apresenta em seu anexo XXI (Figura 36) um mapeamento de identificação de imóveis de interesse histórico cultural, onde é possibilitado notar a predominância de pontos georreferenciados na região central da cidade.

Figura 36 - Anexo XXI do Projeto de Lei Complementar nº 24, 11 de outubro de 2023.



Fonte: PMVC, 2023.

Com base na análise do documento e na percepção visual das tipologias encontradas, foram identificados 18 imóveis como de interesse histórico e cultural que abrangem as imediações da Rua Grande, geratriz da cidade. Conforme pode ser observado na lista do Quadro 1 e na figura 37, respectivamente, logo abaixo:

Quadro 1 - Lista de imóveis de interesse histórico e cultural.

Lista de Imóveis de Interesse Histórico			
Imóvel	Endereço	CEP	Coordenadas Geográficas
1	Alameda Dom C.J.P. da Silva, nº 181 - Centro	45000-525	-14.84946660375128, -40.83768382137546
2	Alameda Dom C.J.P. da Silva, nº 191 - Centro	45000-525	-14.849407740147543, -40.8379702647891
3	Alameda Dom C.J.P. da Silva, nº 201 - Centro	45000-525	-14.849360867265503, -40.8380537168064
4	Alameda Dom C.J.P. da Silva, nº 209 - Centro	45000-525	-14.849342336123842, -40.838136041095346
5	Alameda Dom C.J.P. da Silva, nº 220 - Centro	45000-525	-14.849279112216818, -40.83821498219432
6	Alameda Dom C.J.P. da Silva, nº 229 - Centro	45000-650	-14.849225698901645, -40.83827024096361
7	Pç. Tancredo Neves, nº 206 - Centro	45000-650	-14.849382805125806, -40.83853819816044
8	Pç. Tancredo Neves, nº 114 - Centro	45000-650	-14.850202787113865, -40.83871655080113

9	Pç. Barão do Rio Branco, nº 86 - Centro	45000-385	-14.85200048109102, -40.83926517648037
10	Pç. Barão do Rio Branco, nº 42 - Centro	45000-385	-14.852403635269937, -40.83923888355692
11	Rua Zeferino Correia, nº 150 - Centro	45000-510	-14.851561940915559, -40.838461767053246
12	Rua Zeferino Correia nº 101 - Centro	45000-520	-14.850969265205444, -40.838170428759746
13	Rua Zeferino Correia S/N - Centro	45000-500	-14.850881811122475, -40.83812300285193
14	R. Zeferino Correia, nº 75 - Centro	45000-500	-14.850387870023809, -40.83782509885791
15	Rua Zeferino Correia, nº 85 - Centro	45000-500	-14.850280546908493, -40.83784469025951
16	Pç. Tancredo Neves, nº 133 - Centro	45000-500	-14.849826611666318, -40.83766241648435
17	Pç. Joaquim Correia, nº 55 - Centro	45000-600	-14.84980781512794, -40.837108540338015
18	Pç. Joaquim Correia, nº 80 - Centro	455000-600	-14.849387470865063, -40.83699896486025

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

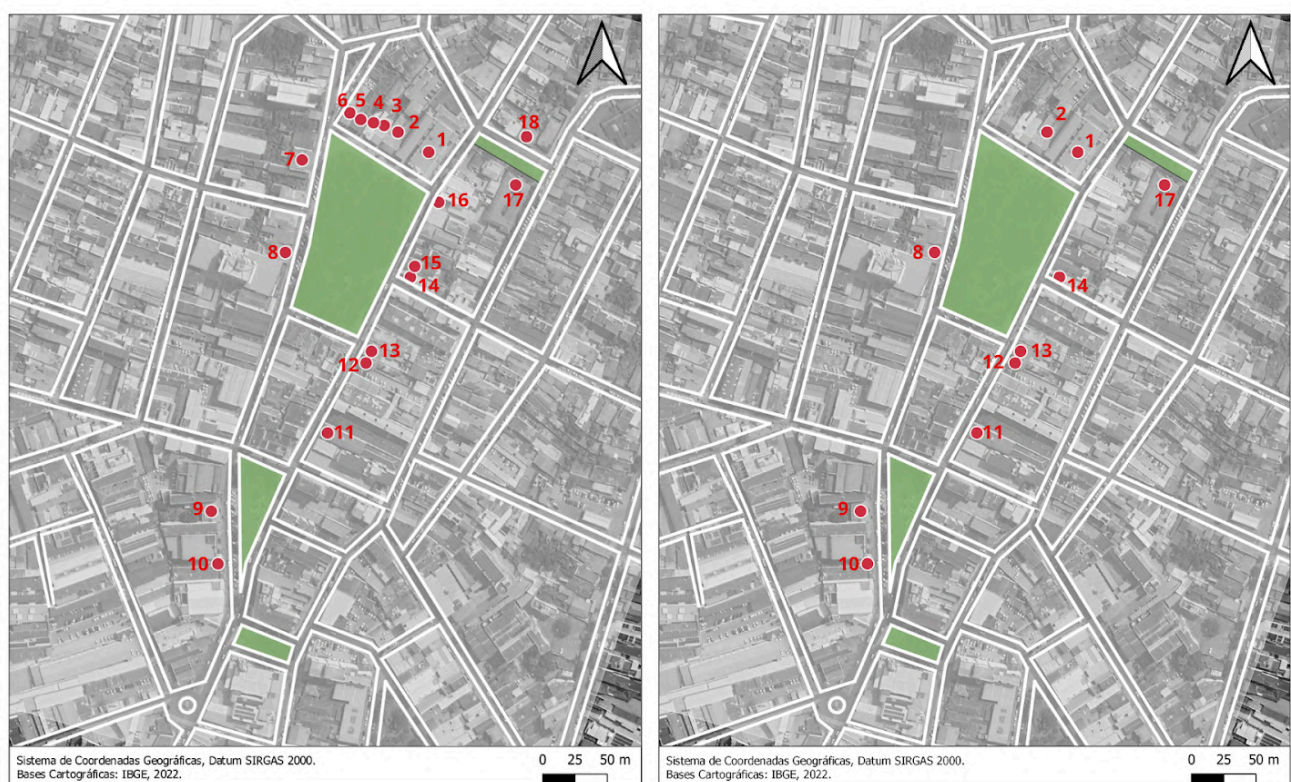
Figura 37 - Mosaico de identificação dos imóveis de interesse histórico e cultural.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No entanto, apesar da seleção de 18 edificações, devido a ausência de registros gráficos e históricos, só foi possível realizar as fichas de inventário de 10 edificações (Figura 38). O resultado desvela a necessidade da documentação como fonte de conservação do bem, além de evidenciar as lacunas nas políticas de gestão patrimonial em relação à sistematização no arquivamento de dados que são essenciais para intervir em construções históricas e assim garantir a manutenção da memória arquitetônica e urbana local.

Figura 38 - À esquerda, mapeamento dos 18 imóveis selecionados, à direita, mapeamento de 10 imóveis inventariados.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025

5.2. Fichas de inventário morfológico urbano e arquitetônico

Enfim, a memória coletiva se torna a própria transformação do espaço, a cargo da coletividade; uma transformação que é sempre condicionada por aqueles dados materiais que se opõem a essa ação. (Rossi, p. 198, 2001)

A reflexão do arquiteto Aldo Rossi expõe a relação indissociável da memória coletiva, tecida por Halbwachs, e a materialidade do espaço físico. Desse modo, a cidade é o local de tensão entre as transformações e as permanências, sendo estas últimas, o lastro que possibilita enxergar a memória do passado e consequentemente assegurar a continuidade histórica da paisagem urbana.

Rossi (2001, p.198) enuncia que “a cidade é o *locus* da memória coletiva”, assim, enquanto os povos habitarem a urbe, também irão transformar e moldar o meio à sua própria memória. Conservar os registros de outro momento permite, assim, a ressignificação desses espaços, e conformam no traçado urbano a identidade visual de um coletivo.

A partir disso, a documentação é uma ferramenta potente para preservar as construções significativas para a sociedade. Por meio do inventário uma série de informações podem ser guardadas, tais como a história, os conhecimentos, as técnicas construtivas, preferências estilistas, soluções projetuais e as ideias de determinada época.

Dado ao exposto, o inventário morfológico visualizado no Quadro 2 sistematiza as transformações urbanas ocorridas no perímetro da antiga Rua Grande. Este quadro de dados tem sua relevância no auxílio à leitura da paisagem urbana consolidada e aos processos de formação territorial pelos quais a cidade perpassou. Por finalizar, do Quadro 3 ao 12, as fichas individuais arquitetônicas visam documentar as tipologias que permaneceram no espaço central de Vitória da Conquista, mesmo a frente de adversidades na salvaguarda patrimonial, e contribuem para a identidade e memória coletiva da cidade.

Quadro 2 - Ficha de inventário morfológico da antiga Rua Grande.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
FICHA DE INVENTÁRIO MORFOLÓGICO URBANO		
1 - IDENTIFICAÇÃO GERAL DA ÁREA		
Recorte Territorial		
Região: Nordeste	Estado: Bahia	Cidade: Vitória da Conquista
Mesorregião(Dados IBGE): Centro Sul Baiano		Microrregião (Dados IBGE): Vitória da Conquista
Recorte Temático		
Patrimônio Cultural e Morfologia Urbana		
Identificação do Objeto de Estudo		
Antiga Rua Grande de Vitória da Conquista/Bahia		
2 - LOCALIZAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE		
Localidade/Bairro: Centro	Mapa de Localização da Antiga Rua Grande.  Fonte: Autora, 2025.	
Denominação Popular: Antiga Rua Grande		
Área: 34.317,06 m ²		
Perímetro: 1.176,14 m		
Abrangência: Perímetro correspondente entre a Igreja Matriz Nossa Sr.^a das Vitórias até a primeira Igreja Batista da cidade, abrangendo as atuais praças: Tancredo Neves, Barão do Rio Branco e Caixeiros Viajantes. Breve Histórico: A antiga Rua Grande de Vitória da Conquista é o núcleo onde a cidade se originou pelo século XVIII, e foi palco de inúmeras manifestações cívicas, culturais e sociais. Sendo assim, a área remonta a historicidade do espaço da cidade e preserva em seu perímetro construções do final do século XIX ao século XX.		
Diretrizes do Plano Diretor Lei N° 1.385/2006		
Aplicam-se ao Centro as seguintes diretrizes: I. Expansão do limite sul e sudeste do Centro para parte do Bairro Candeias e parte do Bairro Recreio; II. Adensamento e consolidação da ocupação nos limites desejáveis, visando a otimização da infra-estrutura existente e evitando a saturação, observando-se: a) Densidade Bruta Média: 150 hab/ha; b) Densidade Líquida Máxima: 300 hab/ha;		

c) Coeficiente de Aproveitamento Básico: 1,0;

d) Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3,0;

III. Reorganização do tráfego e reurbanização do sistema viário, favorecendo a circulação de pedestres;

IV. Ampliação e melhor aproveitamento dos espaços públicos e de lazer;

V. Adequação do sistema viário e do sistema de transporte ao processo de desenvolvimento urbano;

VI. Preservação dos imóveis de valor histórico e controle da ocupação de seu entorno;

VII. Fortalecimento do Centro Tradicional de Comércio e Serviços, promovendo sua requalificação e melhoria e a implantação de empreendimentos privados;

e VIII. Consolidação da ocupação com parâmetros compatíveis com a otimização da infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Descrição Geral da Área

A área da antiga Rua Grande abrange ao todo três praças principais: Tancredo Neves, Barão do Rio Branco e Caixeiros Viajantes. São sete quadras que tem faces voltadas para o perímetro, tem como características o formato de malha retangular, alongado e irregular, além disso apresenta um declive na topografia em direção a Praça Tancredo Neves. A área está inserida no centro tradicional consolidado e é a região onde se encontra a maior parte de tipologias arquitetônicas que resistiram às transformações urbanas e permaneceram no espaço.

3 - ANÁLISE MORFOLÓGICA URBANA

Períodos Morfológicos da Antiga Rua Grande de Vitória da Conquista/BA

Período	Data	Acontecimento	Forma
Morfogênese	Séc. XVIII (1750 - 1806)	Fundação do Arraial de Nossa Senhora da Victória (1783) fruto das políticas de interiorização da Corte Portuguesa, por meio das expedições em busca de minérios e ouro. O Arraial nasce sob o conflito entre os colonizadores e os povos originários; com destaque para o "Banquete da Morte" (1803-1806), onde os Mongoyós foram brutalmente exterminados.	O assentamento urbano inicial surge organicamente às margens do Rio Verruga, com trilhas e casas simples sem planejamento formal. As primeiras vias além da influência lusitana dos colonizadores, também surgem através de caminhos pré-existentes criados pelos povos originários na região do Sertão da Ressaca.
1º Período	Séc. XIX	Elevação a Vila Imperial da Victória (1840), fortalecimento da economia pecuarista e agrícola, transição de vila para cidade (1891).	A Rua Grande começa a nascer como eixo estruturador da vila, já que em 1803 tem a construção da igreja matriz. A Rua Grande se torna o centro da vida urbana, ligando as principais atividades comerciais e religiosas.
2º Período	Primeira metade do séc. XX	Expansão da lavoura cafeeira, construção da BR-116 (1933), intensificação do comércio e aumento da população urbana.	A cidade se expande e a Rua Grande é desconfigurada, sendo dividida para formar as praças da República (Tancredo Neves) e 15 de Novembro (Barão do Rio Branco) em 1940. A igreja matriz é reconstruída em novos moldes.

3º Período	Segunda metade do séc. XX	Reconfiguração do centro (década de 1940), criação do Parque Jardim das Borboletas (1956), verticalização e modernização dos edifícios.	A Praça da República é substituída pelo Parque Jardim das Borboletas, mas este é demolido nos anos 1980 para dar lugar à atual Praça Tancredo Neves.
4º Período	Séc. XXI	Adensamento populacional, transformação comercial do centro, descaracterização das construções históricas.	A antiga Rua Grande se consolida como um espaço fragmentado em praças e ruas de intenso fluxo comercial. A Praça Barão do Rio Branco sofre forte descaracterização. Surge a Alameda Dom Celso José Pinto da Silva, fechando a via entre a Tancredo Neves e a Catedral.

Observação: Quadro de Períodos Morfológicos realizado com base no trabalho “Análise da morfologia urbana do núcleo histórico tombado da cidade de Rio de Contas- Bahia.” das autoras OLIVEIRA, Letícia Coêlho de; PEREIRA, Renata Baesso, em 2023.

Elevação de Faces		
Face 1	Logradouro: Praça Barão do Rio Branco	Sem escala
		
Face 2	Logradouro: Praça Tancredo Neves	Sem escala
		

Face 3	Logradouro: Rua Zeferino Correia	Sem escala
Demolição de tipologia históricas Estacionamento Estacionamento 		
Face 4	Logradouro: Alameda Dom C. J. P. da Silva	Sem escala



Registros Fotográficos Antigos



Fonte: Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s.



Fonte: Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s.



Fonte: Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s.



Fonte: Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s.



Fonte: Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s.



Fonte: Fotos de Vitória da Conquista – 1900s/1980s.

Análise Fotográfica Atual



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Autora, 2025.

Observações: Vista da Alameda D. Celso José Pinto da Silva, área com maior parte de tipologias preservadas.

Observações: Vista da Rua Zeferino Correia - Praça Tancredo Neves, área com a maior parte de tipologias preservadas.

Observações: Vista da Rua Maximiliano Fernandes - Praça Tancredo Neves, área degradada.



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Autora, 2025.

Observações: Vista da Praça Barão do Rio Branco, poucas tipologias preservadas.

Observações: Vista da Praça Barão do Rio Branco, área com maior uso comercial e institucional.

Observações: Vista da Rua Zeferino Correia, entre as Praças Tancredo Neves e Barão do Rio Branco.

4 - OBSERVAÇÕES GERAIS

A partir do histórico, da visualização dos perfis e da análise fotográfica, observa-se que:

- Alameda Dom Celso José Pinto da Silva: Edificações implantadas sem recuos laterais; via com maior percentual de edificações históricas; uso residencial e presença de templo religioso.
- Rua Zeferino Correia: Edificações implantadas sem recuos laterais; diversidade tipológica; ameaça de demolição de edificações históricas; uso predominante comercial e vazios urbanos gerados para estacionamentos.
- Rua Maximiliano Fernandes: Edificações implantadas sem recuos laterais; uso predominante comercial; poucas edificações de interesse histórico e presença de descaracterizações em monumentos.
- Praça Barão do Rio Branco: Presença de 2 edificações históricas tombadas; uso predominante comercial e institucional; ausência de mais vegetação e mobiliário urbano; concentração de estacionamento na praça.
- Praça Tancredo Neves: Entorno com maior porcentagem de edificações históricas; praça contemplativa conta com vegetação e mobiliário urbano; uso residencial, ameaça de demolições e descaracterizações.
- Praça Caixeiros Viajantes: Entorno com uso institucional, praça espontânea por alargamento da rua, pouca vegetação e mobiliário.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 3 - Ficha documental da Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																							
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																								
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																								
Denominação: Catedral Metropolitana N. Sra. das Vitórias.		Período de Construção: 1930 a 1943																						
Logradouro: Alameda Dom Celso José Pinto da Silva - nº 181		Tipologia: Templo Religioso Católico																						
Coordenadas Geográficas: -14.84946660375128, -40.83768382137546		Estilo Arquitetônico: Neogótico																						
Proprietário/Responsável: Arquidiocese de V. da Conquista		Uso Original: Institucional	Uso Atual: Institucional																					
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																						
A Catedral Metropolitana de Nossa Senhora das Vitórias, localizada na Praça Tancredo Neves, em Vitória da Conquista, foi construída entre 1930 e 1943, após a demolição da primeira capela colonial de 1808. Inicialmente intitulada de Igreja Matriz, tornou-se catedral em 1958 e em 2002, foi elevada à Catedral Metropolitana da Arquidiocese de Vitória da Conquista. A catedral é sede da paróquia homônima e centro espiritual da região.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td></td> <td></td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM			X	X	REGULAR	X	X			PRECÁRIO				
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																				
BOM			X	X																				
REGULAR	X	X																						
PRECÁRIO																								
3 - AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																						
Localizada na Alameda Dom Celso José Pinto da Silva, a Catedral Metropolitana em estilo neogótico, é a construção mais imponente da região. O seu entorno é composto pela Praça Tancredo Neves e construções históricas. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fonte: PMVC, 2012.																						

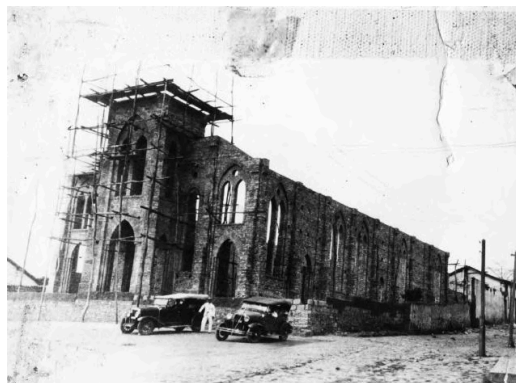
4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria
- Características Estilísticas:

- Elementos ornamentais em relevo
- Gradil de ferro na entrada
- Esquadrias em arcos ogivais
- Torre com Pináculos



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: PMVC, 2023.



Fonte: PMVC, 2023.



Fonte: Arquidiocese de Vit. da Conquista.

Observações: Nenhuma medida de proteção pelo artifício do tombamento foi tomada.

**FICHA:
01/10**

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 4 - Ficha documental do Sobrado Maneca Santos.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																							
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																								
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																								
Denominação: Sobrado Maneca Santos		Período de Construção: 1910																						
Logradouro: Rua Zeferino Correia, nº 126		Tipologia: Sobrado																						
Coordenadas Geográficas: -14.851561940915559, -40.838461767053246		Estilo Arquitetônico: Eclético																						
Proprietário/Responsável: Prefeitura Municipal		Uso Original: Residencial		Uso Atual: Institucional																				
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																						
O sobrado pertenceu ao comerciante Manoel Fernandes dos Santos Silva, conhecido como Coronel Maneca Santos, foi construído em 1910 por Luiz Pedreiro. Transformado em Memorial Manoel Fernandes de Oliveira em abril de 2019 (Sena, 2023) o edifício já funcionou como residência, hotel, Fórum e Justiça do Trabalho e em 1960 foi adquirido pelo município para servir como Câmara de Vereadores.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td></td> <td align="center">X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td align="center">X</td> <td></td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM		X			REGULAR	X		X	X	PRECÁRIO				
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																				
BOM		X																						
REGULAR	X		X	X																				
PRECÁRIO																								
3 - AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																						
Localizado na Rua Zeferino Correia, a edificação tem em seu entorno duas construções de uso comercial. A edificação se encontra isolada no meio, sendo um remanescente dos estilos arquitetônicos do começo do século XX. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fonte: Conquista de Fato, 2020.																						

4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria com estrutura portante em Adobe
- Características Estilísticas:

- Platibanda balaustrada
- Colunas com capitéis dóricos
- Gradil de ferro nas sacadas
- Vergas das esquadrias em arco pleno
- Cornijas



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Conquista Velhos Tempos, 2024



Fonte: Câmara Municipal.



Fonte: Câmara Municipal.



Fonte: Autora, 2025.

Observações: Apesar do Sobrado pertencer ao Município, nenhuma medida de proteção pelo artifício do tombamento foi tomada.

FICHA:
02/10

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 5 - Ficha documental da Casa Memorial Régis Pacheco.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																						
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																							
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																							
Denominação: Casa Memorial Régis Pacheco	Período de Construção: Século XX																						
Logradouro: Alameda D. Celso José Pinto da Silva - nº 191	Tipologia: Térreo com recuo frontal																						
Coordenadas Geográficas: -14.849407740147543, -40.8379702647891	Estilo Arquitetônico: Eclético																						
Proprietário/Responsável: Prefeitura Municipal	Uso Original: Residencial	Uso Atual: Institucional																					
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																					
Construído pelo mestre Luiz Pedreiro, o casarão pertenceu inicialmente ao Coronel João Fernandes de Oliveira Santos, que o presenteou à filha Enerina ao se casar com o médico Luiz Régis Pacheco em 1921. No local, Pacheco instalou seu consultório, onde atendia sem cobrar honorários a comunidade e promovia eventos sociais, tornando o casarão conhecido como “Casa de Dr. Régis”. Figura influente na política, Régis Pacheco chegou a ser prefeito da cidade, deputado e governador da Bahia. Após a mudança de Régis, o imóvel passou por diferentes proprietários e usos, incluindo a locação para o Conservatório Musical nos anos 80. Por fim, adquirido pelo município em 2004, foi restaurado e reaberto em 2007 como a Casa Memorial Régis Pacheco.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td align="center">X</td> <td></td> <td></td> <td align="center">X</td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td></td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td></td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM	X			X	REGULAR		X	X		PRECÁRIO				
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																			
BOM	X			X																			
REGULAR		X	X																				
PRECÁRIO																							
3 - AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																					
A edificação possui em seu entorno a imponente Praça Tancredo Neves, a Catedral Nossa Senhora das Vitórias e edificações vizinhas que rememoram e marcam o passado da cidade. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista																					

4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria
- Características Estilísticas:

- Platibanda Balaustrada
- Gradil de Ferro na entrada
- Esquadrias com verga reta
- Frontão com iniciais "JFOS"*
- Colunas com capitéis coríntios
- Cornijas



Fonte: Autora, 2025.

*As iniciais gravadas no frontão do imóvel pertencem ao primeiro proprietário, o Coronel João Fernandes de Oliveira Santos.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista



Fonte: Autora, 2025.

Observações: Edificação tombada na gestão do prefeito José Pedral Sampaio, por meio do Decreto Municipal 8.596 de 1993.

**FICHA:
03/10**

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																						
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																							
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																							
Denominação: Antigo Cine Ritz	Período de Construção: Século XX																						
Logradouro: Praça Barão do Rio Branco - nº 42	Tipologia: Sobrado																						
Coordenadas Geográficas: -14.852403635269937, -40.83923888355692	Estilo Arquitetônico: Art Déco																						
Proprietário/Responsável: Privado	Uso Original: Comercial	Uso Atual: Comercial																					
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																					
O Sobrado “Casal Julião” na década de 30 abrigou no andar superior o Grêmio Castro Alves e no térreo o Cine Ritz, um dos marcantes cinemas de rua conquistense. Por volta de 1952, o imóvel inaugurou a Rádio Clube AM, o primeiro veículo de comunicação radiofônica da cidade. Atualmente, a edificação abriga o escritório privado de advocacia Martins & Rocha - Advogados Associados.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td align="center">X</td> <td></td> <td></td> <td align="center">X</td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td></td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td></td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM	X			X	REGULAR		X	X		PRECÁRIO				
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																			
BOM	X			X																			
REGULAR		X	X																				
PRECÁRIO																							
3 - AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																					
Localizado em frente a Praça Barão do Rio Branco, o entorno da edificação é de uso predominantemente comercial e institucional, com presença de bancos e lojas diversas. Sendo pontuais edificações remanescentes de estilos arquitetônicos passados do século XIX e começo do XX, a exemplo da Casa de Dona Zaza, situada na mesma rua. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fontes: Fotos de Vitória da Conquista. Disponível em: <https://fotosdevitoriaconquista.wordpress.com/>. Acesso em: 13 de fev. de 2025																					

4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria
- Características Estilísticas:

- Platibanda Escalonada
- Colunas em relevo
- Esquadrias retangulares levemente arqueadas no topo.



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Fotos de Vitória da Conquista. Disponível em: <https://fotosdevitoriadaconquista.wordpress.com/>. Acesso em: 13 de fev. de 2025



Fonte: Autora, 2025.

Observações: Edificação Tombada na gestão do prefeito Guilherme Menezes sob a proposição do Conselho de Cultura, por meio do Decreto 9.770, de 10 de março de 2000.

FICHA:
04/10

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 7 - Ficha documental da Antiga Biblioteca José de Sá Nunes.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																						
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																							
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																							
Denominação: Antiga Biblioteca José de Sá Nunes	Período de Construção: 1924																						
Logradouro: Rua Zeferino Correia - S/N	Tipologia: Térreo porão alto.																						
Coordenadas Geográficas: -14.850881811122475, -40.83812300285193	Estilo Arquitetônico: Eclético																						
Proprietário/Responsável: Prefeitura Municipal	Uso Original: Residencial	Uso Atual: Institucional																					
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																					
O casarão pertenceu a Dona Antônia Fernandes dos Santos Silva, filha do Intendente Municipal de Conquista entre 1904 a 1906, Estevão José dos Santos Silva e sua esposa Vitória Fernandes de Oliveira, neta do Cel. Paulino Fernandes de Oliveira. A edificação erguida no ano de 1924, foi comprada pela Prefeitura Municipal em 1978, e desde 2002 abriga o programa municipal Vivendo a Terceira Idade. Já funcionou como a Biblioteca José de Sá Nunes, a Casa das Artes e Centro de Convivência da 3ª Idade.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM					REGULAR	X	X	X	X	PRECÁRIO				
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																			
BOM																							
REGULAR	X	X	X	X																			
PRECÁRIO																							
3 - AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																					
Localizado na rua Zeferino Correia, próximo a Praça Tancredo Neves, a edificação está entre o sobrado abandonado de Dona Olívia Flores e um comércio. O casarão se destaca no entorno por suas características do começo do séc. XX. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fonte: PMVC, 2012.																					

4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria com estrutura portante em Adobe.
- Características Estilísticas:

- Platibanda Balaustrada
- Pináculos no topo
- Colunas com capitéis coríntios
- Cornijas
- Esquadrias com verga reta
- Vitrais coloridos
- Frontão com as iniciais "AFSS"* e o ano de construção gravados



Fonte: Autora, 2025.

*As iniciais gravadas no frontão do imóvel pertencem à primeira proprietária, Dona Antônia Fernandes do Santos Silva.



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Pintura de Orlando Celino.

Observações: Nenhuma medida de proteção pelo artifício do tombamento foi tomada.

**FICHA:
05/10**

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 8 - Ficha documental da Casa de Dona Olívia Flores.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																							
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																								
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																								
Denominação: Casa de Dona Olívia Flores		Período de Construção: Começo do Século XX																						
Logradouro: Rua Zeferino Correia - nº 101		Tipologia: Sobrado																						
Coordenadas Geográficas: -14.850969265205444, -40.838170428759746		Estilo Arquitetônico: Eclético																						
Proprietário/Responsável: Privado		Uso Original: Residencial		Uso Atual: Não Consta																				
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																						
O sobrado pertenceu a Dona Olívia Flores, em 1940. De produtora rural a pecuarista renomada, Olívia teve papel ativo na política local, incluindo ações como levar café da manhã para presidiários e durante a repressão militar de 1964, participou do "Clube do Tricô" para discussões políticas secretas. O nome de Olívia Flores hoje batiza uma das avenidas mais importantes da cidade.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td></td> <td align="center">X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td align="center">X</td> <td></td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> </tr> </tbody> </table>				COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM					REGULAR		X			PRECÁRIO	X		X	X
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																				
BOM																								
REGULAR		X																						
PRECÁRIO	X		X	X																				
3 - AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																						
Localizada na rua Zeferino Correia, a edificação é vizinha ao casarão da antiga Biblioteca José de Sá Nunes de um lado e a um lote subutilizado como estacionamento do outro lado. Sua arquitetura se destaca com remanescente na paisagem. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fonte: Autora, 2025.																						

4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria
- Características Estilísticas:

- Frontão barroco
- Sacadas Balaustradas
- Bíforas com vergas em arco pleno
- Coluna Torsa
- Gradil de ferro entrada
- Esquadrias retangulares



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Autora, 2025.

Observações: Nenhuma medida de proteção pelo artifício do tombamento foi tomada.

FICHA:
06/10

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 9 - Ficha documental da Casa da Família Gusmão.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																						
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																							
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																							
Denominação: Casa da família Gusmão		Período de Construção: 1950																					
Logradouro: Rua Zeferino Correia - nº 75		Tipologia: Térreo																					
Coordenadas Geográficas: -14.850387870023809, -40.83782509885791		Estilo Arquitetônico: Neocolonial Espanhol, Vertente Missões																					
Proprietário/Responsável: Privado		Uso Original: Residencial	Uso Atual: Residencial																				
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																					
Construída em 1950, a casa pertenceu a Eunice Gusmão Cunha e Jeremias Gusmão Cunha. Projetada por Dona Eunice, a casa apresenta 14 cômodos e estrutura original preservada. A propriedade foi herdada pelos oito filhos do casal, mas apenas Aroldo e seu filho Matheus residem nela atualmente. Os demais proprietários se encontram espalhados por várias cidades do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. A edificação bem conservada, chama a atenção dos transeuntes e se destaca na paisagem urbana.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM	X	X	X	X	REGULAR					PRECÁRIO				
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																			
BOM	X	X	X	X																			
REGULAR																							
PRECÁRIO																							
3 - AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																					
Localizada em lote de esquina e em frente a Praça Tancredo Neves, a edificação tem em seu entorno outras edificações remanescentes do século passado. O trecho da rua onde está situada, apresente dinamismo de composição arquitetônica. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fonte: PMVC.																					

4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria
- Características Estilísticas:

- Platibanda Balaustrada
- Mureta e sacada balaustrados
- Esquadrias em arco pleno
- Gradil de ferro na entrada
- Torre circular



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Autora, 2025.

Observações: Nenhuma medida de proteção pelo artifício do tombamento foi tomada.

**FICHA:
07/10**

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 10 - Ficha documental da Casa de Dona Zaza.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																							
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																								
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																								
Denominação: Casa de Dona Zaza		Período de Construção: 1889																						
Logradouro: Praça Barão do Rio Branco - nº 86		Tipologia: Térreo																						
Coordenadas Geográficas: -14.85200048109102, -40.83926517648037		Estilo Arquitetônico: Eclético / Neoclássico																						
Proprietário/Responsável: Privado		Uso Original: Residencial		Uso Atual: Residencial																				
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																						
A Casa de Dona Zaza foi construída em 1889 para José Fernandes de Oliveira, o Coronel Gugé, e sua esposa, Dona Joana Angélica dos Santos Oliveira. O Coronel Gugé foi um influente político e pecuarista, descendente do fundador da cidade, Coronel João Gonçalves da Costa. A residência foi erguida pelo mestre de obras Luiz Alexandrino de Melo, conhecido como Luiz Pedreiro. Com o falecimento dos pais, o imóvel passou para sua filha, D. Jeny de Oliveira Rosa, que teve uma longa trajetória política, atuando como conselheira por 50 anos. O nome “Dona Zaza” faz referência ao apelido de D. Jeny.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td></td> <td></td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM	X	X			REGULAR			X	X	PRECÁRIO				
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																				
BOM	X	X																						
REGULAR			X	X																				
PRECÁRIO																								
3 - AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																						
Localizada em frente a Praça Barão do Rio Branco, o entorno da edificação é de uso predominantemente comercial e institucional, com presença de bancos e lojas diversas. A residência é a única do entorno imediato remanescente do século XIX. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fonte: Fotos de Vitória da Conquista. Disponível em: <https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/>. Acesso em: 13 de fev. de 2025																						

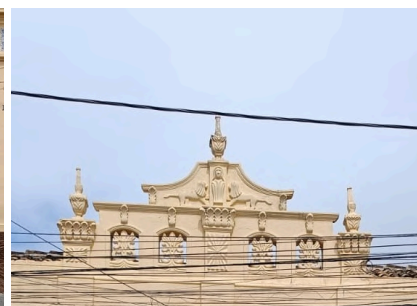
4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria com estrutura portante em Adobe.
- Características Estilísticas:

- Ornamentos em ladrilhos cerâmicos.
- Pináculos
- Cornija
- Esquadrias em arco pleno
- Frontão com elementos vazados e ornamento em relevo



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Autora, 2025.

Observações: Edificação tombada pelo Estado da Bahia em 2005 pelo IPAC, consta no Livro do Tombamento dos Bens Imóveis sob decreto nº 9.745/2005.

FICHA:
08/10

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 11 - Ficha documental do Museu Regional Casa de Dona Henriqueta Prates.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																						
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																							
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																							
Denominação: Museu Regional Casa Dona Henriqueta Prates	Período de Construção: 1883																						
Logradouro: Pç. Tancredo Neves - nº 114	Tipologia: Térreo																						
Coordenadas Geográficas: -14.850202787113865, -40.83871655080113	Estilo Arquitetônico: Colonial																						
Proprietário/Responsável: UESB	Uso Original: Residencial	Uso Atual: Institucional																					
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																					
A Casa de Dona Henriqueta Prates, localizada na Praça Tancredo Neves, foi construída em 1883 e pertenceu a uma das figuras femininas mais ilustres da história de Vitória da Conquista. Dona Henriqueta destacou-se por sua atuação como conselheira política e pelo acolhimento aos enfermos. Em 1992, a residência foi alugada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que a transformou em Museu Regional, preservando sua memória e importância para a cidade.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM					REGULAR	X	X	X	X	PRECÁRIO				
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																			
BOM																							
REGULAR	X	X	X	X																			
PRECÁRIO																							
3- AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																					
Localizado em frente a Praça Tancredo Neves, o entorno da edificação é composto pelo imponente paisagismo da praça e construções de uso comercial e residencial em estilos mais recentes. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fonte: Autora, 2025.																					

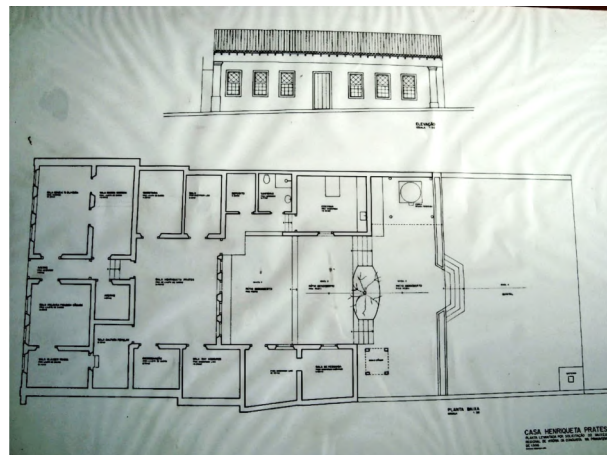
4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria com estrutura portante em Adobe.
- Características Estilísticas:

- Telhado com beiral aparente
- Porta simples de madeira
- Colunas com capitéis dóricos
- Esquadrias com vergas retas e treliças de madeira



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

Observações: Nenhuma medida de proteção pelo artifício do tombamento foi tomada.

**FICHA:
09/10**

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO																							
FICHA DE INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO																								
1 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:																								
Denominação: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista		Período de Construção: 1921																						
Logradouro: Pç. Joaquim Correia, nº 55		Tipologia: Térreo																						
Coordenadas Geográficas: -14.84980781512794, -40.837108540338015		Estilo Arquitetônico: Eclético / Neoclássico																						
Proprietário/Responsável: Prefeitura Municipal		Uso Original: Institucional		Uso Atual: Institucional																				
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA		5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																						
A edificação foi construída em 1921 para servir como Quartel da Polícia Militar, somente durante o mandato do prefeito Gerson Sales em 1962, é que a edificação foi adquirida para servir como sede da prefeitura municipal de Vitória da Conquista.		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>COMPOSIÇÃO GERAL</th> <th>ELEMENTOS ORNAMENTAIS</th> <th>SUPERFÍCIE PARIETAL</th> <th>ESQUADRIAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BOM</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>REGULAR</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td align="center">X</td> <td></td> </tr> <tr> <td>PRECÁRIO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td align="center">X</td> </tr> </tbody> </table>				COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS	BOM					REGULAR	X	X	X		PRECÁRIO				X
	COMPOSIÇÃO GERAL	ELEMENTOS ORNAMENTAIS	SUPERFÍCIE PARIETAL	ESQUADRIAS																				
BOM																								
REGULAR	X	X	X																					
PRECÁRIO				X																				
3- AMBIÊNCIA URBANA		6 - REGISTROS GRÁFICOS																						
Localizada em lote de esquina entre a praça Joaquim Correia e a Rua Coronel Gugé, a edificação tem em seu entorno um misto de residências remanescentes do estilo arquitetônico do começo do século XX e construções institucionais e comerciais com estilos mais recentes. O paisagismo da praça compõe a ambiência urbana da obra. Mapa de Localização  Fonte: Autora, 2025.		 Fonte: Fotos de Vitória da Conquista. Disponível em: <https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/>. Acesso em: 13 de fev. de 2025.																						

4 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Técnica Construtiva: Alvenaria
- Características Estilísticas:

- Platibanda Balaustrada
- Pináculos
- Porta em arco abatido
- Frontão com ornamentos em relevo
- Cornijas
- Esquadrias com vergas retas



Fonte: Autora, 2025.



Fonte: Autora, janeiro de 2025.



Fonte: Autora, março de 2025.

Observações: Nenhuma medida de proteção pelo artifício do tombamento foi tomada.

FICHA:
10/10

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre a cidade do passado e a do presente é o alicerce para um bom planejamento urbano. Assim como um organismo vivo, a cidade se transforma constantemente, crescendo e modificando suas feições, no entanto, em meio a novas formas de se construir, alguns rastros de outras épocas resistem a essas intempéries. Estas construções históricas, que permanecem firmes na paisagem urbana, são peças fundamentais para a compreensão da história daquele lugar.

As estruturas arquitetônicas que se formam na cidade são reflexo de posicionamentos políticos, sociais, econômicos e culturais, e para além de tudo isso, é a materialização da memória coletiva dos povos. Desse modo, as dinâmicas que ocorrem no espaço criam tanto fragilidades, quanto potencialidades. Neste viés, as permanências de tipologias históricas na paisagem urbana permitem a leitura de uma memória passada, a construção de uma identidade no presente, e reforçam o senso de pertencimentos dos habitantes com o território em que vivem. Por outro lado, o problemático apagamento dessas formas inviabiliza a continuidade da narrativa histórica urbana.

Diante da análise das transformações urbanas da antiga Rua Grande de Vitória da Conquista/BA, através do entendimento de sua morfologia urbana e seus principais componentes, é possível vislumbrar o quanto o caráter do município como pólo regional no centro-sul baiano impactou na modernização das formas presentes na cidade. A supressão, demolição e reconstrução de monumentos, assim como ocorrido na Igreja Matriz no começo do século XX, evidenciam a busca por mostrar em novos moldes o progresso econômico do local.

A metamorfose da antiga Rua Grande em três praças: a Tancredo Neves, Barão do Rio Branco e Caixeiros Viajante, é o gesto que consolida o traçado do centro tradicional. Assim, as praças representam um elemento morfológico bastante significativo para a construção do núcleo histórico da cidade, mesmo que a evolução destas tenham ocorrido de modo distinto. Ressignificando a antiga Rua Grande, a praça Tancredo Neves é o local onde resguarda a maior parte da memória da cidade, e embora a própria praça tenha sofrido mutações em sua forma, é nela que se fixa o ar imponente de uma cidade que cresce cada vez mais. Não obstante, é no

entorno dessa praça que resistem a maior gama de edificações históricas preservadas. Já as praças Barão do Rio Branco e Caixeiros Viajantes, tem seu processo evolutivo afetado pelo alto tráfego e pelo centro de consumo, logo, é notório o quanto o uso comercial e institucional alterou as construções presentes neste trecho, onde as edificações antigas são pontuais e quase imperceptíveis na paisagem urbana.

As transformações aceleradas do século XXI ameaçam cada vez mais a permanência de tipologias históricas no espaço. Com a ausência de registros documentais dos imóveis de interesse histórico e cultural, há uma lacuna na esfera da gestão patrimonial e políticas de preservação, visto que, sem a devida documentação, as edificações se tornam vulneráveis ao apagamento. Assim, ao constatar que no município de Vitória da Conquista/BA há apenas três bens arquitetônicos protegidos pelo artifício do tombamento – dois em escala municipal e um em escala estadual – os resultados obtidos pelo mapeamento realizado neste trabalho evidenciam certa negligência na aplicação de políticas efetivas de proteção e salvaguarda do patrimônio edificado da cidade.

As demolições e descaracterizações do centro histórico de Vitória da Conquista/BA ocorrem de forma recorrente e desenfreada, que, com a ausência de um amparo fiscal, têm apagado marcos essenciais para referência da população. É perceptível o aumento de lotes subutilizados no entorno da antiga Rua Grande, em especial para dar uso a estacionamentos. Este fenômeno observado é o principal fator que tem levado à degradação da paisagem urbana do centro.

Por fim, é importante destacar o reconhecimento da antiga Rua Grande enquanto espaço fundamental para a compreensão da história, da memória e da identidade cultural do povo conquistense. Deste modo este trabalho, ao debruçar sob as permanências de tipologias arquitetônicas dentro da dinâmica espacial na atualidade, contribui para o registro e documentação deste território urbano ameaçado.

REFERÊNCIAS

ACOSTA COLLAZO, Alejandro. ***Infraestructura e industria versus ciudad histórica***. In: GAZZANEO, L. M. (Coord.). Patrimônio e Paisagem em espaços lusófonos e hispânicos: tendências e projeções: o futuro aqui e agora. Rio de Janeiro: UFRJ-FAU, 2012. p. 19-34.

AMADO, Ana; LEITE, João Silva. ***A rua como elemento urbano estruturante na gênese da cidade portuguesa. Rua Direita vs Estrada Comercial***. In: DA BAIXA POMBALINA A BRASÍLIA, ILUMINISMO E CONTEMPORANEIDADE EM PAÍSES E ESPAÇOS DE LÍNGUA PORTUGUESA – ESTRUTURAS URBANAS, 2010.

CHOAY, Françoise. ***A alegoria do patrimônio***. Tradução de Luciano Vieira Machado. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2017.

CONZEN, M. R. G. ***Alnwick, Northumberland: análise do plano de cidade***. Traduzido por V. Oliveira e C. Monteiro. Porto: Urban Forms, 2022. Publicação original de 1969.

COSTA, Karen. ***A casa de oito proprietários***. Pela Cidade Conquista, 14 mar. 2016. Disponível em: <<https://pelacidadeblog.wordpress.com/2016/03/14/a-casa-de-oito-proprietarios/>> . Acesso em: 28 de fev. 2025.

FARAH, A. P.; MERLIN, J. R. . ***As cartas patrimoniais e suas aplicabilidades no patrimônio urbano***. Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34099>. Acesso em: 07 out. 2024.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. ***O espaço em movimento: o desvelar da rede dos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista***. Tese de doutorado. Orientador José Borzacchiello da Silva. São Cristóvão, NPGEU UFS, 2009.

FERNANDES, Luís. ***Taberna da História: Olívia Flores***. Blog do Anderson, 8 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.blogdoanderson.com/2015/03/08/taberna-da-historia-olivia-flores/>>. Acesso em: 30 de fev. de 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. ***Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória***. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

HALBWACHS, Maurice. ***A memória coletiva***. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ***[Praça Caixeiros Viajantes: Primeira Igreja Batista Bíblica]: Vitória da Conquista, BA***. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=433425>. Acesso em: 2025.

LAMAS, José M. Garcia, **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004 - Parte 1.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

MAXIMILIANO, P de W. N. (1817) **Viagem ao Brasil**. São Paulo, trad. Edgard Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo: Companhia Ed. Nacional, 1940.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Uma Praça**. Vitória da Conquista, 11 out. 2012. Disponível em: <https://ruymedeiros.blogspot.com/2012/05/uma-praca-23rddez2008.html>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2025.

MONTEZUMA, Roberto. **Brasil 500 anos: uma invenção recíproca**. Vol 1. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 7 out. 2024.

OLIVEIRA, Leticia Coêlho de; PEREIRA, Renata Baesso. **Análise da morfologia urbana do núcleo histórico tombado da cidade de Rio de Contas- Bahia**. In: SEMINÁRIO NACIONAL CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP, 11., 2023, Campinas. Anais [...]. Campinas: UNICAMP, 2023.

OLIVEIRA, Olívia Fernandes de . **Notas sobre algumas páginas mais ou menos modernas. O 'Modernismo' na Bahia através das Revistas..** RUA. Revista de Arquitetura e Urbanismo , v. 7, p. 12-23, 1999.

PATETTA, Luciano. **Considerações sobre o ecletismo na Europa**. In: FABRIS, Annateresa (org.). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.

PESAVENTO, S. J. . **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano..** Fragmentos de Cultura (Goiânia) , v. 14, n.9, p. 1595-1604, 2004.

PINHEIRO, Karisa. **Bases teóricas gerais sobre urbanização no Brasil**. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador (BA), v. 9, n. 15, p. 61-68, jan. 2007. Disponível em: Acesso em: 12 de out. de 2024.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - BA. **Primeiros habitantes**, 2012. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/primeiros-habitantes/>>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista – BA. **Conflitos**, 2012. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/conflitos/>>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - BA. **Crescimento**, 2012. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/crescimento/>>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - BA. **Cronologia**, 2012. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/cronologia>>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - BA. **Praça Tancredo Neves deu origem a Vitória da Conquista e se tornou um dos principais cartões-postais da cidade**, 2023. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/praca-tancredo-neves-deu-origem-a-vitoria-da-conquista-e-se-tornou-um-dos-principais-cartoes-postais-da-cidade/>>. Acesso em: 23 de jan. de 2025.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - BA. **Casarões antigos**. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/casaro-es-antigos/>>. Acesso em: 10 de fev. de 2025.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - BA. **Casa Memorial Governador Régis Pacheco**. Publicado em: 19 nov. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/pmvconquista/docs/livreto_memorial>. Acesso em: 13 de fev. de 2025.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - BA. **No Dia Nacional do Patrimônio Histórico, prefeitura reafirma compromisso com preservação da memória conquistense**. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/no-dia-nacional-do-patrimonio-historico-prefeitura-reafirma-compromisso-com-preservacao-da-memoria-conquistense/>>. Acesso em: 10 de fev. de 2025.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Lote urbano e arquitetura no Brasil _____. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ROCHA, Altemar Amaral . **A Identidade Territorial De Vitória Da Conquista Em Seu Processo De Formação Socioespacial E Urbanização**. Colóquio Baiano Tempos, Espaços E Representações: Abordagens Geográficas E Históricas , v. 1, p. 84-105, 2013.

ROCHA, Saulo Moreno. **Série Fontes Históricas – Procuração passada por Antonia Fernandes dos Santos Silva**. ONG Carreiro de Tropa - CATROP, 23 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://carreirodetropa.wordpress.com/2019/03/23/serie-fontes-historicas-procuracao-passada-por-antonia-fernandes-dos-santos-silva/>>. Acesso em: 28 de fev. de 2025.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, E. A. B. ; AMARAL, S. S. S. ; NASCIMENTO, E. R. . **Reflexões sobre a urbanização brasileira: o caso de Vitória da Conquista (BA)**. Revista de História da UEG , v. 12, p. 1-17, 2023.

SANTOS, Fábio Sena. **Demolições, discursos e silêncios: o itinerário do patrimônio edificado em Vitória da Conquista**. 2023. 134 f.: il.

SIMÃO, M. C. R. . **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

SIPAC – Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da Bahia. **Patrimônio Material – Casa de Dona Zaza**. Disponível em: <<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/casa-de-dona-zaza/>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: Crônica de uma Cidade**. Vitória da Conquista, 1992.

WEINSTEIN, Mary. **Cidade e cultura: uma questão formativa**. Revista Extensão e Cidadania, Vitória da Conquista, v.5, n.9, n.10, jan./dez.2018.